

Trauma leonino



Nos últimos 12 jogos, o Sporting marcou 12 golos. Desses, apenas um foi da autoria de um ponta-de-lança: Van Wolfswinkel, de penálti. Esta constatação, feita na edição de ontem do **Record**, reflete o drama que é a finalização leoni-

na. Com o Gil Vicente, essa pecha voltou a ser evidente e altamente penalizadora. Pode apontar-se o dedo ao avançado holandês por ter desperdiçado uma oportunidade clara, mas que dizer dos golos cantados que Matías Fernández e Carrillo perderam? Pois...

Há fases em que até se marcam golos com a "bunda", como dizem os brasileiros, mas há outras em que parece que pela frente estão os melhores defesas do Mundo e fica a sensação de que a baliza encolheu. O Sporting está a atravessar esse ciclo de ineficácia que já se tornou num círculo vicioso. Enquanto não se fizer luz sobre a baliza, os jogadores vão continuar a ver muito escuro o caminho para o golo. No dia em que a bola entrar, de acordo com a sabedoria de Cristiano Ronaldo, os golos serão como o ketchup, vêm todos de uma vez. O problema é que o efeito tem de ser imediato.

Neste momento, o contributo dos pontas-de-lança representa 32,6 por cento dos 52 golos apontados pelo Sporting esta época em todas as competições. Além daqueles que Van Wolfswinkel fez, só Bojinov ajudou.

Dir-se-ia que com números destes, não há equipa que possa manter altas as ambições. Não é exatamente assim. É um facto que em relação ao Benfica a diferença é grande. Os golos de Cardozo, Rodrigo e companhia (ou seja, Nelson Oliveira e Saviola) representam 52,7 por cento do total da faturação encarnada. Já em relação ao FC Porto, por incrível que pareça, a vantagem é leonina: se juntarmos aos golos de Kléber e Walter (e já um de Janko) aqueles que Hulk marcou como ponta-de-lança, o contributo não passa os 30 por cento. Parece que o gigante austríaco veio para inverter a tendência.

**Domingos
(des) espera
pelo efeito
ketchup**

Avaliação de dirigentes escolares: uma oportunidade perdida

Todos se lembram ainda da polêmica que ocorreu em torno da avaliação dos professores, cujos modelos de avaliação, mesmo depois de sucessivamente alterados e simplificados, se mantiveram incapazes de avaliar o desempenho docente em respeito por aceitáveis padrões de justiça e equidade.

Uma nova polêmica surge agora com o processo de avaliação do desempenho dos dirigentes escolares, através de um modelo adaptado do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública, o qual ainda decorre.

Esta polêmica tem a mesma raiz da que envolveu a avaliação dos professores: um modelo de avaliação medíocre, feito à pressa e que não respeita os mais básicos preceitos éticos nem as normas legais em vigor, nomeadamente o Código do Procedimento Administrativo (CPA).

Filho do anterior Governo, este modelo poderia e deveria ter tido outra atenção dos seus pais adotivos de modo a evitarem-se ilegalidades e erros grosseiros no processo de avaliação dos dirigentes escolares, os quais se sentem ultrajados perante as injustiças de que são vítimas.

Junto de cada Direção Regional de Educação funciona um Conselho Coordenador de Avaliação (CCA), ao qual compete definir grelhas e critérios de avaliação, validar as avaliações, etc. Este conselho integra, entre outros, três diretores eleitos pelos pares, os quais são avaliados com base nas grelhas e critérios de avaliação por eles próprios definidos. O que está mal se nos lembrarmos que “à mu-



**José
Eduardo
Lemos**

Presidente da mesa da assembleia geral da Associação Nacional de Dirigentes Escolares (ANDE)

lher de César não basta ser honesta, é preciso parecê-lo”. Note-se que a perversidade não está nos visados, pessoas estimáveis, mas sim num sistema que a facilita.

Esta situação é ilegal e eticamente censurável, à luz do CPA e à luz dos mais básicos preceitos éticos. Estes diretores do CCA não poderiam estabelecer critérios nem decidir de avaliações de “Relevante” e “Excelente” num processo em que são parte interessada, direta e indiretamente, uma vez que concorrem no mesmo universo e às mesmas quotas que todos os restantes diretores.

E seria fácil evitar isto: bastaria que os diretores “avaliadores” integrassem um universo diferente dos restantes avaliados, como aconteceu, aliás, com o processo de avaliação dos professores que, não obstante a crítica que sempre nos mereceu, impediu que “avaliadores” pertencessem ao mesmo universo dos avaliados e partilhassem as mesmas quotas.

A tutela também não esteve bem no processo de avaliação dos subdiretores e adjuntos.

Veja-se o caso concreto da Direção Regional de Educação do Norte (DREN). Contrariando a lógica mais elementar, o respetivo Conselho Coordenador não cuidou de assegurar a definição de grelhas de adequação nem de critérios de avaliação uniformes e aplicáveis a todos os subdiretores e adjuntos de diretor da região norte, conforme a lei. E se os definiu ninguém os viu, o que vai dar ao mesmo.

A omissão da definição de grelhas e critérios de avaliação uniformes para todas as escolas poderá surgir, peran-

te espíritos menos atentos, como uma louvável intenção da tutela em transferir competências para os diretores e, desse modo, promover a autonomia das escolas. Nada mais falacioso, porquanto se os diretores assumem a autonomia e a responsabilidade de avaliar a prestação e desempenho dos seus subordinados já não podem aceitar que a avaliação de dados curriculares objetivos, como sejam as habilitações académicas e percurso profissional dos seus subordinados possam ser avaliados de forma diferente de diretor para diretor.

Ao permitir-se que cada diretor avaliasse o currículo dos seus subdiretor e adjuntos com base em critérios próprios, adulterou-se todo o processo de avaliação e abriu-se portas a uma evidente discricionariedade a uma inadmissível iniquidade.

Como foi possível ao Conselho Coordenador validar avaliações de desempenho sabendo que as mesmas resultavam de díspares critérios de avaliação? Por que não tornou ainda públicas as atas das reuniões e as deliberações tomadas, como já fizeram os seus congéneres de outras direções regionais?

Os interessados merecem ser esclarecidos sobre todos estes aspetos. Até lá, têm o direito de considerar que se ofenderam os mais elementares princípios de justiça, equidade, universalidade e transparência que deveriam presidir a um processo desta importância na vida profissional dos dirigentes escolares. *(A pedido do autor, este texto respeita as normas do acordo ortográfico)*

Não há almoços grátis... nem com IVA a 13%

Que não há almoços grátis, os portugueses já o sabiam. Pelo menos desde 2004 quando um ex-primeiro ministro e candidato a Belém, Cavaco Silva, dizia, a propósito da introdução das portagens nas SCUT, que não havia “almoços grátis”. Hoje, oito anos volvidos, com o País numa situação “insustentável” – segundo as palavras do agora Presidente da República – e com portagens em todas as SCUT, os portugueses passaram também a saber que não só não há almoços grátis, como também já não há almoços com IVA a 13%.

Desde ontem, o IVA na restauração passou para a taxa máxima de 23% e nem a bica escapou ao aumento de impostos para fazer baixar o défice para 4,5% este ano.

Nesta altura, os comerciantes deparam-se com um dilema: ou repercutem a subida do IVA no preço final a cobrar aos consumidores, arriscando-se a perder clientela, ou absorvem a subida do imposto, arriscando-se a esmagar as margens de lucros.

No dia de ontem, e como constatou o Diário Económico em reportagens feitas no Porto e em Lisboa, ainda era cedo para fazer as contas. Janeiro é, tradicionalmente, um mês de ressaca das compras de Natal, muitos empresários ainda estão a escoar produtos comprados com IVA a 13% e muitos consumidores já se tinham precavido, ainda que temporariamente, enchendo a despensa com alimentos não perecíveis como o arroz, as massas e os enlatados ao IVA antigo.

Mas como não há almoços grátis, mais tarde ou mais cedo alguém vai ter de suportar o custo do IVA a 23%. E o pior de tudo é que não há quaisquer garantias de que este tenha sido o último aumento da taxa. Ainda ontem vimos o caso da Hungria, país que tal como Portugal está sujeito a um programa de ajustamento orçamental, que aumentou a sua taxa do IVA para uns impensáveis 27%.

É de fazer perder o apetite. ■

Laços familiares

É extraordinária a importância dos laços na família do autarca de Oeiras. Já sabíamos que Isaltino Morais tem na Suíça um sobrinho taxista chamado Leandro, agora ficámos a saber que tem também uma irmã, de seu nome Floripes, uma companheira chamada Patrícia e que convive bem com os pais desta. A estes últimos e a todos os anteriores, Isaltino muito estima.

Em 2003, o emigrante na Suíça teve o nome na imprensa devido à fé que em si depositava o tio. Certamente convicto da credibilidade que tinha o milagre da multiplicação da tarifa, Isaltino disse que as contas suíças que se dizia serem suas eram do sobrinho taxista. Condenado por fraude fiscal e branqueamento de capitais, o autarca corre, desde então, todas as milhas que a maratona do sistema judicial oferece aos bons atletas.

Soubemos agora que as contas da irmã Floripes e dos sogros foram bafejadas com depósitos e que, destas, milhares saíram para as contas de Isaltino e de Patrícia. Tal sorte e solidariedade familiar são dignas de ficção televisiva. À falta doutro melhor, ocorre-nos o actor James R. Gandolfini Jr. — instruem-no no esquema português, dêem-lhe influência política e uma câmara para governar e vai aos Emmys.

Regresso da turbulência aos mercados

Sem uma política credível, não haverá um milagre para o euro. Dizem as raters e concordam os mercados

O primeiro-ministro reagiu com espanto à nova degradação da notação da República. Passos não a entende pelo lado das contas, mas admite-a como uma consequência de opções políticas. Tem razão. Bastava ler as declarações de Mario Monti para se concluir que, além dos desequilíbrios nas contas públicas ou da falta de competitividade, a crise do euro caiu numa espiral

descendente pela falta de uma resposta política coerente dos seus responsáveis. Ainda que Portugal esteja a cumprir uma a uma as exigências que as agências de *rating* fizeram há um ano, o seu papel na gestão da crise tornou-se secundário; muito mais do que um personagem principal como foi no momento em que assinou o acordo, o país é agora actor secundário de um drama de escala continental. Uma a uma, as economias europeias vão caindo e se agora apenas quatro dos 17 países do euro podem regozijar-se do seu estatuto de triplo A, a verdade é que nem o fundo de resgate europeu onde a Alemanha tem a maior quota-parte do capital investido resistiu à ofensiva da S&P. Após as tréguas de um mês, o que esta nova queda do *rating* das economias do euro indicia é o regresso da turbulência aos mercados. A receita em cima da mesa, feita de medidas duras mas para o futuro ou de fundos de socorro que tardam em ver a luz do dia, não funciona. E se as

operações de colocação de dívida da Espanha e Itália foram um sucesso, hoje parecem apenas uma nota de harmonia num concerto cacofónico. Perante isto, as *raters* actuam como fez a S&P, porque o seu papel não é ajudar, mas fazer valer os interesses dos grandes investidores. E o que eles disseram foi claro: sem política credível, não há quem acredite num milagre do euro.

O civilizador da direita espanhola

Foi, até poucos meses antes de morrer, protagonista de polémicas. Homem directo, Manuel Fraga Iribarne não evitou o confronto. Mesmo com os seus, os do Partido Popular. Partido que criou e do qual morreu como presidente-fundador. Mas com direito a livre pensamento e decisão. Quando José Maria Aznar, recém-chegado ao poder, endurecia a posição espanhola para com Cuba,

“Don Manuel”, como era conhecido entre os conservadores, visitava Fidel, com quem jogava ao dominó. Não esqueceu a sua condição de galego, filho de um emigrante que em Cuba buscou melhor vida. A diáspora galega falou mais alto do que a estratégia do Governo de turno.

Algo similar aconteceu com a relação estreita que manteve com o Norte de Portugal. Um reconhecimento mútuo. Por ser galego, dizia, “sou espanhol e também português”.

Fraga Iribarne esteve 60 anos na vida política espanhola, em vários e contraditórios tempos históricos. Nunca foi presidente do Governo. Uma ironia amarga para um dos protagonistas da transição democrática com um desempenho que só ele podia ter. Civilizou a direita espanhola, afastou-a dos extremismos e da nostalgia do franquismo, homologou-a em termos europeus. Este é o seu legado mais importante.

Um inquérito bastante original

A PGR não podia investigar um caso de falsificação de documentos sem recorrer aos documentos originais

Em Julho de 2007, a Procuradoria-Geral da República arquivou um inquérito à licenciatura do antigo primeiro-ministro, José Sócrates, na Universidade Independente, concluindo não ter existido qualquer falsificação de documentos. São conhecidas as suspeições e as dúvidas relativamente a essa licenciatura que o PÚBLICO e outros órgãos de

comunicação investigaram à época. O inquérito da PGR era por isso de primordial importância: tratava-se de uma peça crucial num caso em que estava em causa a credibilidade de um chefe do Governo. Exigia-se portanto que esse inquérito fosse conduzido com o máximo rigor, de forma a que não sobrassem dúvidas na opinião pública. Mas continua a não ser claro se o inquérito da PGR à licenciatura de José Sócrates teve como base a análise de algum documento original, ou se se limitou a ter em conta fotocópias de documentos. Tratando-se de um inquérito no qual estava em causa uma eventual falsificação de documentos, seria de elementar bom senso que os investigadores se tivessem baseado em documentos originais.

Quem fica em xeque é, evidentemente, a Justiça. E em particular a PGR, sobre a qual, caso após caso, tem pairado a suspeita de ser incapaz de levar até às últimas consequências investigações nas

quais estejam em causa actores políticos. A polémica em torno do caso Freeport, em 2010, sobre as perguntas que nunca chegaram a ser feitas a José Sócrates, foi um bom exemplo disso. Os documentos originais que ficaram de fora do processo, e que estavam na posse de um arguido do processo da Universidade Independente, Rui Verde, talvez não trouxessem nada de novo ao resultado final da investigação de 2007. Mas a PGR está obrigada a explicar ao país por que não os utilizou.

A esperança que se esvai em Bissau

Não se esperava dele nenhum milagre, mas a morte do Presidente da República guineense, Malam Bacai Sanhá, vem tornar ainda mais incerto o futuro da Guiné-Bissau. Nos anos que antecederam a sua eleição, em

2009 (para um mandato de cinco anos que infelizmente não chegou a metade), o cargo que ocupou teve de tudo, desde a desmedida e insana prepotência de Kumba Ialá até ao assassinato de Nino Vieira, num ajuste de contas sangrento que susteve uma espiral de violência que ameaçava nova guerra civil. Teme-se agora, justificadamente, que a morte de Malam Bacai Sanhá venha reforçar a instabilidade no país. Mas a verdade é que a Guiné-Bissau não conseguiu, ainda, lidar com firmeza com as sementes de violência que a habitam, personificadas num exército que nunca aceitou submeter-se à sociedade civil e numa sociedade civil que não conseguiu fixar raízes a um poder democrático estável. O golpismo latente, a par da inexistência de estruturas que permitam dar ao país uma base mínima de progresso, sufocam Bissau com a força de um pesadelo. Que a morte de Malam Bacai Sanhá só veio adensar, como uma pesada sombra.

Uma fusão serena

Duas grandes universidades portuguesas decidiram fundir-se numa só. Um bom exemplo, a ter em conta

É um caso inédito em Portugal: voluntariamente, duas grandes universidades portuguesas decidiram fundir-se numa só. Depois de um longo processo interno, a Clássica e a Técnica de Lisboa vão pôr a sua proposta à discussão pública. A seguir vão conversar com o Governo. O debate, neste momento, é previsível. Entre o medo da mudança (que paralisa) e o desejo da perfeição (que tem o mesmo efeito), os argumentos vão ser expostos ao longo dos próximos

meses. É fácil imaginar que os alunos só vejam vantagens: a sua nova universidade vai posicionar-se para entrar em rankings internacionais hoje inacessíveis; os centros de investigação vão ser mais fortes; o acesso ao saber e experiência mais fácil e partilhado, e poderão ter uma formação menos rígida e mais adequada às necessidades de hoje do mercado de trabalho. O *statu quo* vai estremecer? Uma parte, sim. Tanto dentro como fora das universidades. Mas não os dois reitores.

Serenamente, António Nóvoa, da Clássica, e António Cruz Serra, da Universidade Técnica, deram as mãos para, juntos, extinguirem os seus próprios postos de trabalho. Brincam até e perguntam se alguém se lembra de duas pessoas – reitores ou presidentes de câmara – terem proposto uma fusão que, no fim do processo, eliminará os seus lugares e abrirá as portas a um concurso internacional para o futuro reitor. Querem ser um exemplo, e sê-lo-ão certamente. Portugal tem

universidades e cursos redundantes colados uns aos outros, cursos sem alunos, universidades sem dinheiro para pagar aos seus professores, reitores sem ideias para atrair mecenato. A seguir, faltará apenas todo o resto do país. Pedro Passos Coelho não pode ficar indiferente. Das Finanças à Educação, esta fusão só será bem-sucedida se o Governo agarrar na ideia com convicção.

Quando as vítimas são as crianças

As cidades foram o berço da civilização, mas muitas das cidades dos países pobres são actualmente um intolerável espelho da barbárie. A fome, a falta de cuidados médicos básicos ou da educação que afectam mil milhões de crianças não é um exclusivo das grandes urbes dos países que permanecem à margem do crescimento que se estendeu a vários países do hemisfério Sul. Nas

zonas rurais, a fome ou a falta de assistência continuam a morrer todos os dias os mais vulneráveis na cadeia da sobrevivência – as crianças. Mas o caos do crescimento urbano descontrolado coloca problemas que a Unicef considera de particular gravidade. Pela desumanidade com que nos confrontam no presente, mas também pelos dramas que deixam abertos para o futuro.

“Excluir as crianças que vivem em bairros degradados não só lhes rouba a possibilidade de desenvolverem o seu potencial, como também priva a sociedade dos benefícios económicos resultantes de uma população instruída e saudável”, diz a Unicef. Sem se romper este círculo vicioso da pobreza e do atraso, a ONU pode definir e voltar a redefinir metas de programas tão generosos como o Millennium; mas enquanto morrerem todos os dias milhares ou milhões de crianças por falta de comida ou de medicamentos, será difícil acreditar que estamos a caminho de um mundo melhor.

As escolhas erradas do Presidente

As divergências entre Belém e S. Bento são antigas, mas não servem para corrigir declarações desastradas

O Presidente da República está a ter dificuldade em gerir o impacto das declarações de há mais de uma semana sobre as suas pensões de reforma. Elas puseram em causa a capacidade do Presidente em continuar a manter o papel de “provedor do povo” que reivindicou para si próprio no dia seguinte a essas infelizes e deslocadas declarações. As notícias

sobre o mal-estar entre Belém e S. Bento (e que a presidência ontem desmentiu), se por um lado prolongavam e ratificavam o distanciamento ideológico e político que separa a geração cavaquista da dos actuais líderes do PSD, por outro exprimiam as preocupações com os excessos da austeridade e um dogmatismo ideológico de que Vítor Gaspar seria o principal expoente.

O papel de Cavaco Silva desde o início da crise está longe de se esgotar numa frase infeliz. Seria politicamente redutor pensá-lo. Têm sido inúmeros os momentos em que o Presidente tem surgido como elemento moderador e gerador de consensos. Em algumas dessas ocasiões, distanciando-se ou criticando abertamente o Governo que de facto ajudou a eleger. Mas quando falou sobre as suas pensões, Cavaco quebrou um tabu. O mal-estar que causou ultrapassou em muito as fronteiras confinadas da “opinião publicada” ou do pequeno mundo do poder. Tocou todos

os cidadãos de um país em crise, incluindo os que encontram no Presidente um garante de confiança no sistema. As divergências entre Belém e S. Bento não nasceram ontem e não vão acabar amanhã. O que mudou foi o poder do Presidente em desempenhar o seu papel. Cavaco parece ainda não conseguir admiti-lo. E parece mais interessado em repetir erros do que em corrigi-los.

Mais perto de uma nova ajuda europeia

A Bolsa de Lisboa teve ontem a sua pior sessão desde Novembro e os juros da dívida pública no mercado secundário voltaram a bater máximos históricos, com as cotações a 10 anos a dispararem 17%. No mundo esquizofrénico dos mercados, a expectativa volta uma vez mais a antecipar-se à realidade e os que

durante os últimos dias foram profetizando a necessidade de um novo pacote de ajuda a Portugal parecem ter ganho um prémio: face à desconfiança dos mercados, a possibilidade de o país se financiar nos mercados é cada vez mais uma utopia. A origem do agravamento da situação portuguesa está, bem se sabe, na Grécia, mas se no último terço do ano passado foi possível observar uma descolagem de Portugal em relação ao fim da fila dos endividados, agora Portugal vê a Itália e a Espanha a ganharem pontos nos seus leilões de dívida, deixando-nos presos a um destino cada vez mais inevitável. A curto prazo, só um plano para a Grécia que afastasse os credores do espectro da perda de fundos travaria a degradação da dívida portuguesa. Como essa via está afastada, é de prever que Portugal permaneça no epicentro do furacão do euro. Face à realidade, talvez não seja má ideia começar a pensar com tempo num novo pacote de ajuda.

As fronteiras da desordem síria

De vez em quando, Moscovo gosta de brincar à guerra fria. Mas não conseguirá travar a agonia de Assad

Ao decidirem vetar a resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a China e sobretudo a Rússia provaram uma vez mais que a violência das ditaduras sobre os seus povos não os apoquentam minimamente. A clivagem entre as democracias ocidentais e os regimes de Moscovo e de Pequim tornou-se de novo evidente. Não são apenas os negócios de armas ou outros

interesses concretos que movem estes regimes. É a crença numa visão que rejeita a ingerência nos assuntos de outros estados soberanos, por mais brutais que estes possam ser. O cinismo dessa crença ficou exposto a olho nu com a recusa de ambos em condenar o regime sírio, ao mesmo tempo que este massacrava friamente centenas de pessoas em Homs. Mas, com este gesto, essas duas potências ficaram isoladas na cena internacional, para além de terem minado a capacidade de acção das Nações Unidas na tragédia síria, que se arrasta há quase um ano. A Rússia, que tem interesses bem concretos, estratégicos e económicos, na Síria, diz que houve uma precipitação na ONU e sugere que a viagem do seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Serguei Lavrov, poderá evitar a queda desordenada do regime. É pouco provável que o consiga. O veto russo e chinês foi um balão de oxigénio para Damasco. E contribuiu para tornar ainda mais explosiva a

situação na Síria, um país que já está efectivamente em guerra civil. Se o regime não implodir, instalar-se-á o caos, ou seja o cenário mais temido em todas as capitais, incluindo as do ocidente e as dos vizinhos da Síria. De vez em quando, Moscovo gosta de brincar à guerra fria. Isso só fará com que a crise síria alastre bem para lá das fronteiras de um país que se tornou a chave do Médio Oriente.

Os juízes e o uso da transparência

A transparência na actuação do Estado e dos titulares dos cargos políticos é uma exigência de qualquer regime decente. É por isso normal, banal até, que o Supremo Tribunal Administrativo tenha dado razão à Associação Sindical dos Juízes (ASJP) na sua queixa contra a recusa de 17 ministérios da era Sócrates em entregar-lhe documentos com as

despesas dos ministros e do pessoal do seu gabinete. Afinal, o que estava em causa era apenas o direito à informação. A exigência da ASJP, porém, não pode ser enquadrada pelo zelo na defesa da transparência. O que estava em causa era a obtenção de informações para a defesa de um interesse corporativo. Não há nisto nada de mal, desde que os juízes sejam capazes de perceber que os dados que poderão agora obter (se ainda existirem, o que se duvida) tanto podem ser úteis para a sua causa e para a saúde da democracia como instrumentos em favor da demagogia e do populismo. Se um ministro gastou num mês 50 mil euros em hotéis, os juízes terão não só razões para se sentir discriminados nos cortes a que foram sujeitos como ajudarão o país com a denúncia dos abusos; mas se caírem na tentação de colocar a representação do Estado ao nível da indigência, estarão a dar argumentos aos que, perante a crise, vão dizendo que isto só lá vai com “um Salazar”.

Capacidade de percepção

Prédios incendiados, carros destruídos, parlamentos cercados, uma sociedade dividida e um país desmotivado. Esta é a sinopse de Paulo Portas para o apocalipse português. A inspiração do ministro chegou-lhe sem poder avistar a Grécia mas com a Grécia no pensamento. Portas estava nos Açores.

Paulo Portas nunca dá ponto sem nó. A epifania foi coincidente com a avaliação da troika; e chegou em vésperas desta semana de luta da administração pública, que antecipa a greve geral de 22 de Março. A CGTP de Arménio Carlos vê já o apocalipse. Por estes dias, em São João da Madeira, Cavaco Silva foi apanhado desprevenido não por alunos da António Arroio – que nunca chegou a ver – mas pela taxa de 14 por cento de desemprego no último trimestre de 2011 e pelos 35 por cento de jovens sem trabalho. Ontem, em Lisboa, Passos Coelho dizia – mais seguro que o outro, o da Oposição – ver bem que os dados “não apontam para um pessimismo sobre o desempenho” económico deste ano.

Precisaremos todos da Google. O gigante da tecnologia está a desenvolver uns óculos que aumentam a capacidade de percepção. Segundo o ‘The New York Times’, lá para o final do ano será possível obter respostas de toda a realidade captada.

O preço de querer voltar à guerra fria

A Rússia de Putin está a tornar-se uma réplica da velha URSS. E precisava de um novo Gorbachov

Vladimir Putin tem um problema. Pela primeira vez em mais de dez anos, o poder férreo que exerce sobre a Rússia foi contestado nas ruas. O sonho de uma “Primavera Russa”, porém, diluiu-se depressa. Tal como aconteceu na Primavera Árabe, a rua não foi capaz de gerar uma alternativa política. Nem o sistema que Vladimir Putin instalou desde que chegou ao poder o permitiria.

As sondagens já estão a dizer que o antigo espião do KGB vai ser eleito Presidente à primeira volta, com entre 59% a 61% dos votos. Números que exprimem, no entanto, o desgaste do poder russo, face às votações que Putin obteve em 2004 e que Dmitri Medvedev conseguiu em 2008. Como nenhum dos adversários políticos dos senhores do Kremlin consegue ser uma alternativa, o *statu quo* está garantido. Mas a que preço? É aqui que começam os problemas.

A campanha de Putin tem sido marcada por um discurso anti-ocidental e pela actualização do fantasma da guerra fria. Ontem, o candidato anunciou planos para um rearmamento sem precedentes da Rússia. O costume. Putin ascendeu ao poder em nome da restauração do orgulho russo. E isso passa pela nostalgia do império soviético e do tempo em que Moscovo era a capital de uma superpotência. Mas esses tempos morreram. E os sonhos militaristas do Kremlin equivalem à

confissão do fracasso de um regime que não modernizou o país e cuja riqueza assenta nas matérias-primas que exporta. Sonhando com o regresso à guerra fria, Putin está a dizer-nos, sem o querer, que está a construir uma verdadeira réplica da URSS: um país ameaçador, mas social e economicamente estagnado. A Rússia de Putin está a precisar de um novo Gorhatchev. Mas isso não é para já.

A batalha dos euros e a guerra das laranjas

Em 2007, uma peça de teatro em Lisboa sugeria o possível envolvimento do ex-director da PIDE no assassinato de Humberto Delgado. Familiares do ex-PIDE insistiam que fosse retirada tal referência mas, em nome da liberdade de expressão, os tribunais absolveram os então réus, já que não fazia sentido falsificar a memória

e sobretudo os registos históricos (nos quais, aliás, se baseava a peça). Agora, na raia portuguesa, levanta-se um pequeno escândalo pela inclusão numa peça de teatro, em Olivença, do episódio conhecido pela “Guerra das Laranjas”. Isto porque lembrará o facto de Espanha ter ficado com aquele território português, numa anexação tacitamente consentida mas não reconhecida em qualquer tratado. O PS já fez, até, um pedido de esclarecimento ao Governo. Fará sentido, este despeito? Independentemente do que possa pensar-se do assunto, a “Guerra das Laranjas”, com a invasão do Alentejo pelo exército espanhol existiu. A História não se faz para que gostem dela, faz-se para que a entendam. Fará moça ao ego português uma peça de teatro? Se fizer, tenham ao menos a coragem de exigir Olivença de volta. De contrário, deixem as laranjas e o teatro em paz. A batalha dos euros que portugueses e espanhóis têm pela frente é que deve preocupar-nos.

“Vou teimosa”

Dois mil e doze é o Ano Europeu do Envelhecimento Activo e da Solidariedade entre Gerações. Não há céptico que perceba, quando chega a 31 de Dezembro, do que valem estes anos que são sempre de alguma coisa.

Há 25 mil portugueses com mais de 65 anos em situação de risco e sem apoio. Veio o governo e disse que “quer agir de forma determinada” e reforçar a ligação com as instituições de solidariedade, empurrado certamente pela realidade de Janeiro. Foram encontrados já cadáveres e em casa quase uma vintena de idosos que viviam sozinhos.

Deu-se o caso de numa pastelaria da Lisboa popular termos ficado ao lado de uma mesa de mulheres com mais de 65 anos; todas com o ar e a disponibilidade que têm as viúvas para se juntarem depois do almoço de sábado para falarem das doenças, a das varizes e as da dieta. A última mulher a chegar foi brindada pelas outras com a mais corriqueira, mas, entre todas as perguntas, a melhor. A resposta, azeda pela velhice, roubou a atenção a todos os artigos de opinião, manchetes, União Europeia, situação económica, desastres vários, concertação social: “Vou teimosa porque ainda cá estou viva!” A melhor pergunta – dizíamos – foi um simples ‘Como vais?’

FERNANDA CACHÃO

EDITORADA REVISTA ‘DOMINGO’

O aviso tinha sido dado: o jogo de Guimarães reunia perigos que poderiam resultar em dissabores para o Benfica. Jorge Jesus fez o alerta às tropas, mas a equipa não correspondeu em pleno e, ficando aquém do "futebol maravilha" que tem merecido os maiores encómios, sofreu a primeira derrota no campeonato, curiosamente no primeiro jogo em que não marcou golos.

O destino estava traçado: tinha de ser a norte do Douro que o Benfica iria ceder a sua primeira derrota. Os pontos per-

didados nas anteriores deslocações deixavam esse prenúncio, ontem confirmado sem contestação e sem qualquer polémica. Apesar da quantidade de amarelos que saltou do bolso de Xistra, é justo que se diga que o árbitro tomou as decisões corretas nos lances de maior dúvida.

Com a derrota de Guimarães, o Benfica saiu da zona de conforto que a vantagem de 5 pontos sobre o FC Porto lhe conferia. Agora, o dragão volta a depender de si próprio para reconquistar o título. O Benfica tem já no sábado nova saída

(Coimbra), pelo que o clássico da Luz, no dia 2 de março, pode tornar-se mesmo numa espécie de final do campeonato.

O Benfica não reagiu bem à pressão de jogar em Guimarães um dia depois de o FC Porto se aproximar na tabela classificativa e Jorge Jesus também não encaixou bem a situação, após o jogo, ainda na "flash interview". Provavelmente, o treinador encarnado estava mais agastado com a atuação da sua equipa (incapaz de dominar o jogo como tem sido seu apanágio) do que propriamente com a "indelicadeza" da

questão colocada pelo jornalista. O (bom) hábito de ganhar quando é interrompido causa natural indisposição. Ainda por cima quando a derrota, sendo a primeira no campeonato, é a segunda consecutiva e coloca o Benfica num patamar de alta pressão face aos compromissos que tem à porta.

Não é caso para drama, mas é um facto que o ciclo de jogos que o Benfica tem pela frente obriga a que os jogadores não se deixem inebriar por êxitos que ainda estão por conquistar. A derrota de Guimarães pode, afinal, ser uma boa lição.

Os resultados do teste da 'troika' a Portugal são conhecidos hoje. Só que, ao contrário do habitual, não serão os três representantes do FMI, do BCE e da Comissão Europeia a falar ao país: o palco estará reservado ao ministro das Finanças, Vítor Gaspar. E, também desta vez, as notícias serão um pouco menos trágicas do que nas conferências anteriores: a avaliação da 'troika' foi positiva e as metas que estavam previstas no memorando foram cumpridas. Como tal, o Governo espera agora que a quarta tranche da ajuda, de 14 mil milhões de euros, seja libertada em Abril. Sinal de alívio? Sim. E não. Sim, porque a ausência da 'troika' nessa badalada conferência é uma forma de dizer aos portugueses que confia. Que o esforço iniciado nos últimos meses compensa. Que os sacrificios a que têm sido obrigados começam a dar sinais de que o maior programa de ajustamento orçamental do país, afinal, é possível. Tudo isto é um alívio, sim. Mas é sentimento de alívio muito limitado. Porque a austeridade e os sacrificios vão continuar a castigar os portugueses, porque a economia ainda não travou a queda e não se sabe quando estabiliza e recomeça a crescer, porque não se sabe se a boa vontade de Portugal para honrar o memorando da 'troika' resistirá a qualquer despiste que surja pelo caminho. Esta ausência da 'troika' é um voto de confiança ao Governo português. Mas tudo isto é um pouco como as bicicletas das crianças: colocam-se umas rodinhas de apoio para garantir estabilidade enquanto aprendem a pedalar. Depois, quando é preciso que andem sozinhos e garantam o seu próprio equilíbrio, retiram-se as rodinhas e espera-se que o condutor e os pedais façam o caminho. Sem mais quedas. É um exercício assim que Portugal se prepara para enfrentar. A aparente folga da 'troika' é também uma forma de testar se (e quando) o País consegue voltar a pedalar sozinho. ■

O Governo vai pôr em prática uma série de medidas que visam eliminar o défice operacional do sector dos transportes públicos que, no final de 2010, era de quase 500 milhões de euros. Procura-se, assim, quebrar um ciclo vicioso que, ao longo dos anos, tem vindo a alimentar e fazer crescer um endividamento que já ronda os 17 mil milhões de euros. Até hoje, os preços dos transportes públicos têm sido subsidiados, com os contribuintes de todo o país a pagarem para os habitantes das grandes cidades que, ainda assim, se queixam sempre dos aumentos das tarifas. A política que agora está a ser posta em prática procura agilizar as estruturas empresariais com fusões entre empresas complementares, como a Carris e o Metropolitano de Lisboa, e a reformulação de horários e carreiras das diferentes empresas. Com essas medidas, as autoridades estimam em 110 milhões de euros as poupanças, só na área da Grande Lisboa, com a redução de algumas das carreiras da Carris, a introdução de medidas de contenção no Metro e a reformulação de horários da CP. O Governo está a aproveitar uma opção forçada dos portugueses pelos transportes públicos em detrimento do transporte privado devido à diminuição do rendimento disponível. A ideia tem, naturalmente, de ser introduzir uma maior verdade nos preços dos bilhetes e passes, apelando, ao mesmo tempo, a uma maior consciência cívica dos portugueses. Os sectores subsidiados só têm contribuído para criar monstros que, depois, todos acabamos por pagar com juros, como foi o caso das auto-estradas sem custos para o utilizador (SCUT), onde o Estado foi obrigado a introduzir portagens para não sobrecarregar ainda mais os já muito sacrificados contribuintes. ■

ATÉ O IMPENSÁVEL ESTÁ A ACONTECER: DOMINGOS A AFUNDAR-SE, VÍTIMA DE IMPREPARAÇÃO NUM DOMÍNIO EM QUE, AFINAL, ERA VIRGEM

Malmequer

Mesmo depois do forcing de 20 milhões de euros que no final de agosto compôs o ramallete, parecia que Domingos Paciência seria o melhor reforço para a época de arranque dos novos dirigentes do Sporting. Um magnífico tirocínio em crescendo, de patamar em patamar, indicava a aptidão para um desafio de máxima grandeza, após ter atingido os limites do Sporting de Braga.

Também os pressupostos publicamente colocados estavam corretos: reconstrução do plantel, ambições comedidas, prazo alargado, tranquilidade ambiental, comunicação positiva. Talvez correto de mais, tratando-se de um clube com o passado do Sporting e uma ansiedade por glória difícil de aquietar, sem resultados nem títulos.

De facto, o fervor clubista reben-tou, a ritmo quase semanal, em crises de paixão pelos maus resultados iniciais, pelo bode expiatório dos árbitros, pelas recuperações miraculosas, pela sobreavaliação de alguns jogadores, pela decepção dos primeiros percalços, pelo desencontro das vozes de comando, pelas incongruências técnicas, pelo esvaziamento do sonho. Tudo em seis meses, de picos para abismos, como numa montanha russa a alta velocidade e sem timoneiro.



PAULO GALADO

Um clube como o Sporting, eclético e nobre, não podia colocar-se à mercê dos resultados da equipa de futebol, quando esta não dispõe de condições imediatas para se opor ao poderio dos adversários históricos. Por isso, a abordagem comunicacional devia desprender-se da vertigem do sucesso mirabolante e assentar em racionalidade, sem arrefecer o entusiasmo dos adeptos nem atrapalhar a recuperação paulatina das vendas de lugares e merchandising.

Era um belo desafio, portanto, que obrigava a uma concertação entre os responsáveis do futebol e os da comunicação para que todos os planos não escorressem pelo cano aos primeiros deslizes, a maior parte das vezes de modo comprometedor e

prejudicial – como ainda ontem aconteceu com um dos principais patrocinadores, compelido a anular uma operação por causa do “mau momento”.

As dificuldades que o treinador tem evidenciado na discussão dos maus resultados, deslizando sem rede com argumentos mal estruturados e confundindo os alvos, realçam o descontrolo interno. E até o que parecia impensável está a acontecer: Domingos a afundar-se, vítima de impreparação num domínio em que, afinal, também era virgem, pois no Porto a comunicação nunca é livre, muito menos descontrolada, e nos clubes mais pequenos não existe pressão mediática, nem fadistas. Quando lhe falhou a retaguarda foi como se lhe abrisse debaixo dos pés o alçapão que recentemente engolira outros treinadores bem menos capacitados.

Opitoresco episódio do passado de Alvalade ilustra estes seis meses de bem-me-quer, malmequer, em que o Sporting insiste em viver, como se a estratégia comunicacional fosse desenhada por crianças: assim como a euforia acéfala das claques rouba a lucidez nos ciclos triunfais, também a contemplação depressiva de um campo de flores motiva pouco ao recobro de uma fase de derrotas. Devia ser ao contrário: para sair do túnel, garra, inteligência e personalidade.

A fraude do truca-truca

Em Portugal desapareceram 111 mil crianças entre 2009 e 2010. Não é um caso de polícia. É um caso de fuga ao Fisco. Para quem tenha andado a fazer contas à economia doméstica do cidadão Aníbal Cavaco Silva e por isso distraído das restantes notícias, passamos a explicar. Em 2011, as Finanças obrigaram a que, mesmo de fraldas, os novos portugueses passassem a ter número de identificação fiscal – décadas antes de se verem confrontados com a necessidade tão incerta de terem de trabucar – mas com isso resolveram um caso que, escrito, seria best-seller para competir num país nórdico com a saga ‘Millennium’. Houve quem declarasse filhos a mais para pagar impostos a menos.

Lembrámo-nos do tempo em que Natália Correia discordou à letra mas em verso com certo deputado do CDS, o que defendeu que o acto sexual servia unicamente à reprodução. “Já que o coito – diz o Morgado –/ tem como fim cristalino (...) fazer menina ou menino;/ e cada vez que o varão/ sexual petisco manduca/ temos na procriação/ prova que houve truca-truca (...)”.

Pois D. Natália e Sr. Morgado, o Fisco provou que neste Portugal contemporâneo a questão do truca-truca é inteiramente subjectiva.

FERNANDA CACHÃO

EDITORA DE 'CORREIO DOMINGO'

O anúncio de um novo programa de privatizações foi entendido por alguns quadrantes da sociedade portuguesa como uma forma de vender as melhores empresas portuguesas a estrangeiros. Foi mesmo dito que se iriam perder as jóias da coroa. Mas os agentes económicos nacionais não têm de ficar, necessariamente, à margem deste processo. É certo que, de um modo geral, as empresas portuguesas perderam capacidade financeira com a crise que abala Portugal e a Europa, mas continuarão a ter capacidade de intervenção nas privatizações se souberem encontrar os parceiros certos. Para aqueles que procuram entrar no capital das empresas a privatizar em Portugal também é importante poder contar com interlocutores que conheçam a realidade do País e possam abrir portas junto das autoridades nacionais. A notícia de que os brasileiros da Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR) aprovaram ontem a entrada na gestão de aeroportos, numa assembleia geral extraordinária realizada em Brasília, abre a porta à entrada na corrida à privatização da ANA - Aeroportos de Portugal cuja realização está prevista ainda para este ano. O presidente da CCR reconhece o interesse na empresa que gere os aeroportos portugueses e admite que a Brisa terá de ser incluída nas conversações. Para os brasileiros e para os portugueses será o retomar de uma parceria de longa data que começou com a participação da Brisa na CCR há alguns anos e que ajudou a desenvolver o negócio das auto-estradas no Brasil. Os portugueses acabaram por sair do capital da concessionária brasileira para poderem desenvolver negócios noutras paragens mas ficou a ligação entre os responsáveis das duas entidades. Este é um exemplo de como os empresários nacionais podem continuar a ter um papel activo nas privatizações que vão realizar-se e de como não é necessário que as nossas jóias da coroa passem para mãos exclusivamente de estrangeiros.

O PODER AVASSALADOR DA INDÚSTRIA DA COMUNICAÇÃO EM NADA DIFERIRIA DO JOGO DE CADEIRAS DE UMA LOJA MAÇÓNICA

De avental

Com a decadente classe política em pânico pelas revelações do tráfico de influências no seio de ridículas organizações secretas, a confirmação da importância do lóbi que controla o futebol há mais de 20 anos, pela voz de um dos protagonistas, foi apenas uma coincidência. Os portugueses há muito se habituaram aos critérios de seleção, promoção e apadrinhamento, num país que inventou o provérbio secular de que mais vale cair em graça do que ser engraçado.

António Oliveira não fez qualquer revelação, apesar do espanto de algumas virgens. Limitou-se a confirmar com 20 anos de atraso o que alguns denunciaram insistentemente no tempo devido, em particular neste jornal, malhando a sua coragem em indignos processos judiciais em que figuraram como réus da defesa da verdade.

Dirigentes, treinadores, jogadores e, até, jornalistas convivem há muito com a espiral de dependência que sustenta o sistema – o famoso nome próprio desta extraordinária família. Ser escolhido ou sentir a injustiça do ostracismo, estar na berra ou passar à marginalidade são as consequências evidentes do “modus operandi” a que se referiu o ex-devoto do S. Martinho de Penafiel.



SIMÃO FILHO

Sob o lema “quem não está por nós é contra nós”, este poder avassalador da indústria da comunicação e do espetáculo futebolístico em nada diferiria do jogo de cadeiras de uma loja maçónica, se os aspirantes também usassem um aventalzinho bordado. Mas quando alguém procura resposta para determinados enigmas, carreiras fulgurantes, sucessos improváveis, milagres de competência, não é difícil descobrir de quem é a mão que segura a ponta da meada.

Noutro contexto e uns bons milhões de euros antes da epifania de sábado à noite, tinha a mesma figura reclamado ao país uma estátua para aquele santo, pela capacidade

benemerente de manter vivos vários clubes moribundos que só chegaram ao século 21 porque os direitos de televisão lhes foram generosamente pagos antecipadamente, em troca de participações e controlo societário, desafiando os preceitos da FIFA e do Fair Play.

Tudo isto é conhecido há anos e historiado nos momentos oportunos, mas apenas resultou no afastamento de muita gente de bem do associativismo desportivo, a que António Oliveira agora se junta de baração ao pescoço. Desse tempo de denúncias improfícuas e batalhas quixotescas subsistiu a crença popular numa “máfia” virtual que está sempre por detrás das derrotas, mas à qual também muitos se comprazem em vangloriar os poderes quando os resultados são positivos.

Colocar um irmão a selecionador nacional ou um amigo a ministro é privilégio de poder, eventualmente abusador da coisa pública e do interesse social, mas não é crime. Criminoso é tirar da boca, da própria e dos filhos, para comprar a ilusão efémera de uma vitória limpa sobre a relva. Criminoso é assistir impávido e resignado ao tráfico de benesses entre a casta dos eleitos. E concluir que não há nada a fazer: com avental à cinta ou charuto nas beíças, este país e este futebol não precisam que lhes digam quem são os donos.

A “notícia” vinha ganhando forma há algumas semanas e ontem confirmou-se em pleno: a quatro dias do Benfica-FC Porto, aí está um terceiro candidato ao título. E candidato de corpo inteiro, sem ponta de favor. Não há como fugir às evidências: este Sp. Braga é mesmo uma “senhora equipa” (atualmente, em Portugal, ninguém joga mais) e, com toda a propriedade, passou a fazer parte de uma corrida ao ouro que antes estava apenas reservada a águias e dragões. E esses, como é sabido, com investimentos... de outro campeonato.

Quando já estão 20 jogos realizados, a equipa de Leonardo Jardim depende única e exclusivamente de si própria. Ou seja: não precisa de fazer contas nem de esperar pela ajuda de terceiros para poder apontar ao título. Essa é a pura realidade. À entrada para as últimas 10 jornadas (um terço da prova) e, com o grande clássico à porta, estão até criadas condições para, no imediato, o Sp. Braga se intrometer ainda mais na guerra pela liderança. Um feito extraordinário que deve ser creditado à superior organização do clube, mas também,

claro, à capacidade do seu treinador, a maior revelação da Liga 2011/12.

Ontem, no primeiro jogo após o injusto afastamento da Liga Europa, a reação não poderia ter sido melhor: uma goleada infligida ao grande rival, V. Guimarães, e a chegada aos 46 pontos (os mesmos conseguidos em toda a época anterior). Este Sp. Braga é, definitivamente, um caso de sucesso. E em grande parte este novo estatuto também se deve à sagacidade do seu presidente, António Salvador, que tem feito um extraordinário aproveitamento de jogado-

res com registo de clube grande, conseguindo atualmente reunir no plantel nomes como Quim, Ruben Amorim, Nuno Gomes, Hugo Viana, Custódio, Alan, Ukra, Hélder Barbosa e Nuno André Coelho.

O caso de Ruben Amorim não deixa de ser intrigante: o que pode ter levado os encarnados a aceitar a ideia de emprestar o médio aos minhotos até 2013? No fundo, como se explica a um adepto do Benfica que o clube tenha oferecido um jogador internacional a um adversário com o qual, agora, concorre diretamente pelo título?

A realidade tem destas coisas contraditórias. Por um lado, defende-se a aliança ou fusão de empresas em apuros para que, juntas e maiores, consigam resistir melhor à tempestade. Defende-se esta ideia na convicção pura de que, quanto maiores, mais fortes. Quanto mais unidos, mais resistentes. Depois olha-se para os balanços dos bancos e (surpresa!) são as grandes empresas nacionais, com créditos superiores a um milhão de euros, que respondem por 80,5% do agravamento do malparado. Trocado por números, são responsáveis por 1,97 mil milhões num universo negro de 2,45 mil milhões de euros em empréstimos que grandes companhias – e não as pequenas e médias que compõem a principal malha do tecido empresarial – deixaram de pagar à banca. Afinal, quanto maior a nau, maior a tormenta. Face à contradição, a pergunta: se a dimensão não as salva do incumprimento, chegará para as fazer superar estes dias até chegar a bonança? A questão ganha relevância quando se sabe que uma boa parte dessas empresas em incumprimento é da construção, um dos sectores mais fustigados pela falta de projectos, de crédito e de mercado – e de expectativas. Grandes ou pequenas, poucas empresas estão a escapar a isso. Sobram os mercados internacionais, onde a abundância de oportunidades pode compensar a carência em Portugal. E é aqui que a dimensão faz a força. Promover a fusão de empresas endividadas e à beira da insolvência, só por si, de pouco serve num mercado estagnado. Mas, juntas, poderão bater o pé a outros gigantes que disputam grandes projectos internacionais, garantir novas fontes de crédito e de liquidez e contribuir para resolver as dívidas com credores. E, para isso, uma nau robusta resistirá melhor que uma casca de noz num mar de (muitos) altos e (ainda mais) baixos. ■

‘Qual o estadista que mais admira?’ À pergunta, Igrejas Caeiro respondeu: “Embora preocupado com a sorte dos pedaços da nossa terra espalhados pela Índia, considero Nehru o maior estadista da nossa geração.” Em 2006, já com Alzheimer, o actor, encenador e locutor ainda sabia decore todas as palavras ditas ao ‘Norte Desportivo’ em 1954. A doença não tinha ainda podido apagar a frase sincera por causa da qual foi proibido de trabalhar. Comia-lhe, sim, coisas de todos os dias. “São os nomes, até de pessoas íntimas, de abraço, daquelas do ‘olá, como estás’. Acontece-me isso, hoje em dia”, disse, então, na sua casa de Caxias.

Em 1954, Igrejas – que no domingo morreu aos 94 anos – desejava “atravessar o mapa cor-de-rosa” com o seu ‘Companheiros da Alegria’. Em 2006, mesmo que já só alinhava memórias, lamentava o esquecimento a que era votado – a espécie de Alzheimer colectivo de que sempre padecemos. Igrejas Caeiro é de um Portugal que já não existe e ainda bem que já não existe. Mais livres e finalmente num estado democrático, capazes de responder o que nos der na real gana, nunca conseguimos fazer do País aquilo que o País merecia. Do que foi que nos esquecemos?

A encomenda

A temporada do FC Porto é um desastre. Até ao Ano Novo, quando alguém ousava questionar a cronologia decadente da equipa supercampeã, comparando implicitamente e muito ao de leve com o ano anterior, logo surgiam as vozes oficiais recordando, factualmente, que continuava nas diversas frentes, que estava à frente do campeonato, que não tinha perdido, etc.

Mas por essa altura a Liga dos Campeões já se tinha ido perante adversários menores, a Taça de Portugal idem após 25 eliminatórias consecutivas e a liderança da Liga era uma mera formalidade, pois o cotejo semanal com o Benfica há muito pendia para os encarnados. Com regularidade assustadora, os resultados iam desfazendo o mito, num cenário de desorientação e amolecimento da temida “máquina” portista.

A gestão de um plantel campeão e cheio de ambição exigia uma liderança muito competente, muito personalizada, muito decidida. A ganância dos jogadores e seus agentes, o ego das vedetas, a vertigem dos grandes negócios e, conseqüentemente, o eterno confronto entre o comodismo e a alta competição impunham um casting mais elaborado da sucessão de Villas-Boas.

Ea precipitada aposta em Vítor Pereira, selada com uma cláusula de rescisão magnânima, con-



MANUEL ARAÚJO

trastava logo à partida com aqueles objetivos. Não pela comparação, impossível de realizar de forma honesta, mas pela falta de garantia de rendimento num quadro de competição previsivelmente mais apertado. O FC Porto de 2012 justificava um senador, mas foi entregue a um iniciado – o cenário propício a que tivesse de correr mal o que podia correr mal.

Para a materialização da lei de Murphy na pauta dos resultados, as hesitações, deambulações e cambalhotas do treinador foram em gravidade e quantidade suficientes para provocar uma enorme ebulição em qualquer clube com uma vida associativa pouco menos do que vegetal.

Fucile, Sapunaru, Guarín, Fernando, Cristian Rodríguez e Belluschi em instabilidade permanente. Iturbe desamparado. Defour, Mangala, Alex Sandro e Danilo difíceis de pagar e de integrar. Kléber e Walter imolados no altar de Falcão. Hulk sacrificado e em depreciação galopante. Um naufrágio em larga escala, com um comandante à deriva, agarrado aos quatro ou cinco sobreviventes que ainda vão mantendo a barca à tona, incluindo Helton, o capitão despromovido na noite da desgraça.

A época está a ser um desastre, mas o FC Porto como o conhecemos nunca renunciaria a cinco meses do fim. A aposta firme da SAD neste treinador, contra todos os prognósticos, não merecia, por isso, uma declaração de desistência como a proferida em Barcelos, ao admitir implicitamente que o outro clube estaria a ser conduzido ao título e, a 13 jornadas do fim, podia até encomendar as respetivas faixas.

De todos os erros, este foi o maior, só comparável à desistência de Quinho em 1987. Porque acusar o abalo de duas derrotas copiosas sob supervisão de Bruno Paixão em pouco mais de dois meses diminui a “organização portista” para um nível de incompetência que a desvaloriza e descaracteriza: resumiu Vítor Pereira ingenuamente que, afinal, não só não há dinheiro, como nada está tratado.

Problema de decoração

Ficámos todos a saber que José Magalhães nos gastou mais de 62 mil euros em colunas, espelhos, sofás, carpetes, tralhas e obras diversas, na renovação do seu gabinete na secretaria de Estado da Justiça. Na sua página do Facebook, o ex-secretário de Estado do Governo de José Sócrates justifica-se: “O custo foi minúsculo e para os incrédulos sugiro que comparem despesas de remodelação dos gabinetes dos dois secretários de Estado.” Magalhães faz lembrar aqueles putos lorpas que, quando apanhados em falta, acusam o lorpa do lado. Do gabinete redecorado ficámos também a saber que “quem tenha algumas luzes culturais percebe [na decoração] a alusão a Ricardo Reis e à herança cultural da antiguidade clássica”. Nada justifica o uso de dinheiro público na decoração do local de trabalho, nem que José Magalhães esperasse um dia receber visita da Lídia do citado heterónimo de Fernando Pessoa [“Vem sentar-se comigo Lídia, à beira do rio”]. Enganamo-nos e enganamo-nos a troika. O problema de Portugal é um problema de decoração. Cada governo, sua estética – mudam gabinetes e também leis, administradores, orgânicas, supervisores, muda tudo, só a casa é sempre a mesma.

ESTA FUGA PARA A FRENTE REPRESENTA MAIS UM EPISÓDIO PRÓPRIO DA DESCULPABILIZAÇÃO HABITUAL DAS ELITES LEONINAS

Paciência

A demissão de Domingos pode ser um erro colossal para a vida do Sporting. Mais um. Confessa um erro de gestão, destrói a ideia de um projeto em construção, dilui o crescimento do entusiasmo, desmonta o álibi das culpas de terceiros e hipoteca a confiança num rumo sufragado há menos de um ano.

A legando o incumprimento de objetivos para a crueldade de impedir Domingos de estar na final da Taça de Portugal, a direção do Sporting transmite uma imagem de descontrolo, que faz vacilar não apenas os jogadores, mas em particular os adeptos e investidores, não obstante o efeito psicológico que a ascensão de um ícone do perigoso mundo das claques causará nos primeiros tempos.

E sta fuga para a frente representa mais um episódio próprio da desculpabilização habitual das elites leoninas, que sempre as conduz para longe da realidade e lhes aumenta a frustração para limites insuportáveis. Afastar um treinador competente já não devia ser opção, quando se vê onde estão hoje Paulo Bento, Carlos Carvalhal, Paulo Sérgio ou José Couceiro.

D omingos entrou no Sporting com uma carteira de 20 milhões em jogadores, para concorrer num quadro competitivo muito adverso, com adversários muito mais avan-



RUI MUNDERICO

çados do que os sportinguistas conseguem admitir. A aposta num baralho próprio das brincadeiras do Championship Manager legitimou, inclusive, a suspensão da prioritária linha de abastecimento da academia, sem que fosse completamente assumida o evidente desvio da política de formação, deixando o espírito leonino de orgulho na matriz a vogar no limbo, revoltado, mas amordaçado, sobre uma panóplia de nomes, línguas, currículos, promessas, experiências e óbvias sobrevalorizações.

O que Domingos estava a realizar, de acordo com o que parecia ser o projeto da nova direção, apontaria para uma aproximação às três equipas que nas últimas três temporadas se tinham distanciando dramaticamente. O plantel necessitaria de alguns ajustamentos, mas

havia uma evolução em curso em parâmetros aceitáveis.

A pesar da série de maus resultados, há sectores a funcionar muito pior na retaguarda da equipa de futebol que, ao contrário, em zonas que nada melhoraram desde os tempos de Paulo Bento: estratégia, comunicação e liderança. Pelo contrário, a estratégia revela-se cada dia mais confusa, a comunicação é babilónica e a liderança não resiste a uma gritaria na Portela.

N ão havendo qualquer evolução desportiva no horizonte, a reorganização do plantel não deixará de custar mais uma pequena revolução, tamanha é a distância ideológica entre o treinador que sai e o que entra. Numa analogia à entrada de Paulo Bento, cujo sucesso se pretende agora reeditar com Sá Pinto, podemos esperar uma nova sangria, tentando corrigir alguns dos erros de casting cometidos na ânsia de causar impacto entre os adeptos: o atual selecionador nacional dispensou 18 e contratou ou promoveu da academia outros 13 nos primeiros seis meses de função.

S em dinheiro e vindo de onde vem, seria normal que Sá Pinto também se virasse, de novo, para o alfofre de Alcochete. Valores como Cédric, Adrien, Wilson Eduardo ou Nuno Reis representam mais esperança no futuro, mas não garantem títulos. Haverá paciência?

Os protetores

Uma manobra clássica dos ciclos políticos é a incursão legislativa nos meandros do futebol profissional, confundido com desporto apesar de há um século a canibalizar recursos e paixões dos portugueses pela coisa desportiva. Desde meados dos anos 80, embora sem nunca justificar um ministério, o frenesi partidário produziu contraditórias Leis de Base, interferiu no livre associativismo e, certamente pelas piores razões, nunca atinou com um rumo estável que permitisse o crescimento concertado da atividade, nem um paradigma de educação pelo desporto, ao contrário dos parceiros europeus.

Ainda agora terminou, com as sofridas eleições da FPF, o enquadramento à última lei orientadora, com impacto negativo em praticamente todas as outras federações que a ela só se sujeitaram pela dependência extrema das migalhas do OE, e já os novos governantes saem a terreiro com, não um, não dois, mas três estudos de mudanças estruturais, escorados na ambição partidária de realizar “obra”.

Pela mediatização e pelo interesse público as recomendações dos “grupos de trabalho” assestaram pontaria a temas fervilhantes e tão conclusivos como o sexo dos anjos. A profissionalização dos árbitros (de futebol, mas por



PAULO GALADO

que não dos outros?) é a senha de entrada no clube restrito dos que sempre dão mais um nó nos emaranhados regulamentares para assegurar que tudo fica como acham que deve estar, sob controlo deles.

Regimes fiscais e de segurança social de exceção, totonegocio, sociedades anónimas para disfarçar as falências, por um lado, condicionamento dos arquétipos competitivos e do estatuto dos atletas, por outro, praticamente todos os modelos foram alvo de investidas de políticos espertos, incluindo no domínio da segurança e da indústria do espetáculo. Não raro, o rótulo de legislação “mais

avanzada” da Europa surgia no rodapé propagandístico das inovações, o que torna tudo mais difícil de entender quando, nos balanços, acabam por chegar sempre à conclusão de que as coisas ficam piores do que estavam.

É neste ponto que nos encontramos, no dealbar de mais uma transição rápida, agora pelo flanco da direita: liberal através da alienação das sociedades desportivas, populista pela profissionalização dos árbitros e com laivos de nacionalismo contra o “excesso de estrangeiros”. Para o quadro ser completo só faltaram um grupo de trabalho pela introdução das “novas” tecnologias da bola e outro pelo reconhecimento e legalização das apostas online.

Assustador é que, desta vez, surgem associados ao poder político os novos dirigentes do futebol, entusiasmados com a vontade de aumentar os campeonatos com mais emblemas falidos, porque acham que há muitos fins-de-semana sem futebol, e gulosos pela visão quimérica de inesgotáveis dinheiros da televisão. Sempre com um protecionismo benigno em pano de fundo, que teria, como derradeiro objetivo, a felicidade coletiva em torno de uma atividade transparente, equilibrada e justa, mas também promessa de uma seleção nacional melhor do que a melhor da história. Política sem vergonha.

Nenhum ministro vai encontrar caras sorridentes quando, a partir de Fevereiro, se sentar à mesa com os sindicatos da função pública e lhes apresentar mais esta proposta: novas regras para aproximar o sistema laboral dos funcionários do Estado com o do sector privado. E haverá poucos sorrisos porque, naturalmente, a proposta terá mais elementos para retirar do que para oferecer a quem trabalha na função pública – a começar pela redução dos quatro feriados nacionais, acordada na concertação social, que deverá ser uma das propostas a discutir. O debate sobre as diferenças entre os regimes de trabalho dos sectores público e privado é quase tão velho como as próprias diferenças entre eles. Até agora, quem trabalha sob a alçada do Estado tem saído a ganhar.

Os funcionários públicos dispõem de mais dias livres de férias, trabalham menos horas que os privados e têm estado mais protegidos contra despedimentos. Mesmo a nível salarial, em boa parte dos casos, a balança pende para o lado público. Um estudo recente do Banco de Portugal conclui que, para as mesmas qualificações, os funcionários públicos ganham mais 15% do que os privados, argumento que até Passos Coelho já utilizou. É provável que o Governo o junte agora à sua lista de razões para justificar a ambição (justificada), de aproximar as condições dos dois regimes laborais, o público e o privado, para criar assim um mercado de trabalho mais justo. Mas esse devia ser o passo seguinte a um outro bem mais ambicioso – e, por isso mesmo, mais difícil e arduo: o de conseguir aproximar e harmonizar os diferentes regimes de contratação e trabalho dentro da função pública. Esse é o desafio que falta superar para que todos possam jogar – e trabalhar – de acordo com as mesmas regras. ■

É lixado ser herdeiro

Consta que António José Seguro desabafou na comissão nacional que quem no PS negociou o programa de ajuda externa não o pode criticar agora que ele – abotoado no sobretudo de líder da oposição – se sente obrigado a cumprir o seu conteúdo. Lembrou ainda que não tinha sido ele a negociar ou a assinar o memorando. É verdade, não foi. Seguro disse também que, embora discordasse de vários pontos, honraria os compromissos. Pedro Passos Coelho concorda com quase tudo. A assinatura do acordo com a troika é a sogra que marido algum quer ter a fama de gostar de convidar para o almoço.

Escreveu-se que o desabafo de António José Seguro mais não era que um recado para o partido órfão que o pôs no lugar que ocupa; por morte do pai político. No final da manhã, o homem com sobrenome de respeito – seguro – ainda dizia que não prestava declarações. A sua frase pode até ficar para a história desta esfomeada política portuguesa. “Agora já é tarde, tenho de ir almoçar.” Ocorre-nos a frase de Alexandre, o Grande, o rei da Macedónia que fez império dos Balcãs à Índia: “Eu não temo um exército de leões liderado por uma ovelha, e sim um exército de ovelhas liderado por um leão”.

FERNANDA CACHÃO

Sacrifício grego

O empobrecimento é o recibo que os gregos estão a passar à troika por mais um empréstimo, agora de 130 mil milhões de euros. Com eleições em Abril, a política partidária diverge, encarniçada nas suas convicções – a grega, como qualquer outra – nas respostas àquilo que ninguém pode saber: que vida há depois do sacrifício; que vida poderá haver sem sacrifício?

O ministro da Economia alemão, Philipp Rösler, milita nos liberais do FDP, no poder com o partido democrata-cristão de Merkel. Foi Rösler que, em 2011, sugeriu a saída temporária da Grécia da Zona Euro. Agora Rösler veio e disse para o povo alemão tomar nota e toda a Europa ouvir: a salvação dos gregos é mais difícil do que a reunificação alemã [E, no entanto, esta fez-se.] “Podemos e queremos ajudar apenas se houver contrapartidas do lado grego. Outros países – Portugal e Espanha – estão muito mais empenhados do que os colegas na Grécia.” Não nos alegremos, nesta Europa aflita é melhor passar despercebido.

Para nos preocuparmos, não é preciso que os Rösler europeus tenham lido ‘As Farpas’ de Eça – “Nós estamos num estado comparável, correlativo à Grécia (...)”. A política, apertada pela economia, é mais volátil que o éter.

Descolar da Grécia, custe o que custar

A situação na Grécia vai de mal a pior e não se augura nada de bom para Portugal. Já se sabe que quando a Grécia se constipa, Portugal espirra. Os partidos da coligação liderada por Lucas Papademos estão a esticar a corda para evitar mais austeridade, em troca do segundo pacote de resgate, e as negociações com a 'troika' voltaram a ser adiadas para hoje. A Fitch chegou mesmo a admitir um cenário de bancarrota, já que Atenas precisa de dinheiro para pagar a dívida de 14,5 mil milhões que vence em Março. Portugal e Irlanda são os primeiros na linha de contágio grego e cada atraso na decisão ou querela interna traduz-se numa maior desconfiança nos mercados face ao êxito dos programas de socorro europeus. Por cá, ao som do tique-taque da bomba relógio em Atenas, continuamos a ser brindados todos os dias com notícias de jornais e agências estrangeiras que insistem em atirar Portugal para o mesmo lugar para onde caminha a Grécia. Depois do The Wall Street Journal e do Financial Times terem dado como certo que Portugal vai ser alvo de um segundo resgate, ontem foi a vez da Reuters dizer que Lisboa já terá mesmo iniciado conversas preliminares com agentes do mercado, tendo em vista uma reestruturação da dívida. O ministério das Finanças veio desmentir a notícia e, mais tarde, foi a vez do primeiro-ministro garantir que Portugal vai cumprir o programa da 'troika', "seja qual for o resultado do que se estiver a passar na Grécia". O mau de todas essas notícias que vêm na imprensa estrangeira é que podem transformar-se naquilo que os anglo-saxónicos chamam de 'self-fulfilling prophecy'. Numa altura destas, em que estamos a cumprir à risca as medidas de austeridade, Portugal tem de fazer todos os esforços para se descolar da Grécia, nem que para isso tenha de mentir com todos os dentes. O discurso lá para fora tem de ser de união e de resistir até onde

ONYEWU SAIU DO RELVADO SOB APLAUSOS, OS SUCESSIVOS EX-DIRIGENTES DO "PROJETO ROQUETTE" ESTÃO ILIBADOS

Capitão Sporting

O americano Onyewu deu largas a uma sinceridade que apanhou de surpresa o mundo leonino, ao pedir publicamente desculpas por ter deixado mal a equipa com a sua expulsão frente ao Gil Vicente. Mas os sportinguistas não entenderam a transparência do chamado Capitão América, talvez o primeiro em mais de 20 anos a admitir responsabilidades numa decisão arbitral nefasta para o emblema.

Educado para enfrentar a realidade, Onyewu procede de uma cultura desportiva incompatível com a nossa tradição de alijar responsabilidades para os parentes mais débeis da cadeia social. Não é um problema exclusivo do Sporting, mas um ponto fraco que se agudiza nos momentos críticos de todos os emblemas e decorre da falta de cultura (e prática) desportiva dos adeptos e de formação profissional dos dirigentes.

O episódio surge dias depois da revelação da auditoria à gestão dos últimos doze anos, cujas óbvias constatações também justificariam que alguns personagens, se fossem "americanos", se chegassem à frente a pedir desculpa por terem deixado ficar mal o clube, com as suas faltas e erros sistemáticos. Pelo contrário, o ciclo fechou com o regresso à direção dos responsáveis pela construção do estádio e pela gestão de jogadores, agora reco-



PAULO GALADO

nhecidos como os dois vetores principais da crise financeira.

Onyewu saiu do relvado sob aplausos, os sucessivos ex-dirigentes do "projeto Roquette" estão ilibados, incluindo os conselhos fiscais que os louvavam em cada relatório anual.

Ao longo de décadas, a personalidade do Sporting evoluiu, de forma quase impercetível, para este estado de negação que lhe vem retirando discernimento coletivo e capacidade de concentração geral na recuperação do lugar perdido para o FC Porto. Entre estados de euforia sem controlo e de depressão sem serenidade, falta capacidade de definir um plano de crescimento sustentado e um pouco menos de azar com os eleitos.

De momento, é uma utopia encontrar um corpo para a farda de um corajoso "Capitão América" que o salve desta progressiva perda de identidade, ameaçada pela anarquia interna e pelo totalitarismo da Banca.

OSporting tem a melhor capacidade de formação de talentos, criou dois dos melhores jogadores do Mundo deste século, mas, se não consegue retê-los para ganhar campeonatos, devia pelo menos ser capaz de os vender por valores que lhe pagassem as contas em vez de as agravar.

OSporting que joga o melhor futebol, apresenta os melhores jogadores, escolhe o treinador mais capaz, procura há anos, sem sucesso, uma solução para o crónico problema da arbitragem, que define como o único a separá-lo de regulares conquistas de títulos.

OSporting tem a marca desportiva mais forte, um enorme potencial de crescimento entre a juventude urbana, mas não consegue atualizar a comunicação em parâmetros de futuro, indeciso entre o primado do ecletismo e a frustração do futebol e condicionado pela sobrevalorizada influência das falanges organizadas – suprema ironia, quando nos lembramos da razão da existência do "verdadeiro" Capitão América e da índole dos seus inimigos.

A DECISÃO DE REDUZIR AS LIGAS A 16 CLUBES VISOU TORNÁ-LAS MAIS COMPETITIVAS E MELHORAR AS FINANÇAS – E FOI BEM SUCEDIDA

Alargamento

Asurpreendente eleição de um presidente da Liga sem apoio dos clubes grandes trouxe à ribalta alguns nostálgicos do antigo grupo da sueca, com xitos e tudo. A ideia campeã foi a do alargamento da 1.ª Liga, à revelia da lei e do Conselho Nacional de Desporto.

O absurdo é um lugar-comum no pândego mundo do futebol português, mas nada poderia ser mais desprovido de fundamentos do que negar a evolução positiva desencadeada pela redução de 2006, precisamente na semana em que, pela primeira vez na história, a Liga portuguesa foi considerada a quarta melhor do Mundo e terceira da Europa, apenas atrás da espanhola, inglesa e brasileira.

As variáveis da equação são óbvias. Por um lado, qual o interesse desportivo, comercial e mediático da junção de mais dois emblemas de dimensão reduzida, audiências televisivas residuais e incapacidade orçamental para fixar jogadores portugueses? Por outro, a introdução de mais quatro jornadas de baixa competitividade no calendário dos clubes principais ser-lhes-ia benéfica ou acabaria por devolvê-los às enormes dificuldades em competir a nível internacional, sentidas durante os anos 90.

Esta questão do alargamento surge, ciclicamente, por dois motivos empíricos, a necessidade de



MANUEL ARAÚJO

proteger um emblema importante em risco de despromoção e a melancolia de alguns agentes em períodos de menor actividade. Por isso, também são agora fáceis de esvaziar e ultrapassar, se a experiência nos diz que os campeonatos não morrem pelo ocaso conjuntural de um Boavista ou de um Belenenses e que, de facto, não existe público nem clima para jogos de futebol no Natal.

A imposição reguladora de reduzir as Ligas profissionais para 16 clubes visou torná-las mais competitivas e melhorar-lhes os resultados financeiros – e foi bem sucedida. Assim, para voltar à estaca ante-

rior, seria necessário demonstrar que os campeonatos se tornaram menos interessantes, quando toda a gente reconhece um valor desportivo crescente na actual Liga de Honra, a ponto de ter passado a ser patrocinada e televisionada em directo, e quando a 1.ª divisão aumentou a média de espectadores e tem representantes permanentemente em grande destaque nas provas da UEFA.

Objektivamente, não se vislumbra qualquer pressuposto favorável ao alargamento de uma Liga em que a assistência total de mais de metade dos participantes, apesar da evolução, não daria para encher um estádio da Luz. Muito menos que o bolo dos direitos de televisão possa ser distribuído, em conjunto, por ainda mais gente, quando a tendência é a da pulverização das audiências nacionais, num contexto de concorrência global com as transmissões das ligas europeias, a que apenas o Benfica e o Porto conseguem resistir.

Só havia uma reivindicação interessante para os novos dirigentes da Liga, agora que o eixo do poder regressou à Federação, que passava pela atribuição de um lugar europeu ao vencedor da Taça da Liga, mas ninguém a colocou porque não oferecia votos nem perspectivas de mais dinheiro do que cada um justifica e merece.

O valor das palavras

No último Mundial de Futebol ficámos a conhecer a vuvuzela, uma espécie de corneta com um som entre a sirene e o elefante que é capaz de despertar no monge o espírito de um taliban. Em 2010, 'vuvuzela' foi a nossa palavra do ano, e se dúvidas existiam, confirmámos então que é mais fácil recordar o que pior nos faz.

No ano anterior, 2009, graças a Ricardo Araújo Pereira & Cia, é certo, mas, particularmente, às eleições e aos políticos que tínhamos (e ainda temos), ganhou 'esmiuçar', "vocábulo utilizado quando se pretende examinar algo minuciosamente, reduzir a fragmentos, a pó, a esmigalhar ou a esfarelar", segundo o dicionário. Em 25 minutos, na TV, com 'Gato Fedorento esmiuça os sufrágios', este país de poetas passou a saber o valor da palavra referida. Passada a vontade de esmiuçá-los e de esmiuçarmo-nos, e pontapeados pela semântica da economia, elegemos 'austeridade' para 2011. Bateu 'esperança' e até 'troika' e nem a certeza de que já estão a vir 'charters' vingou. Austeridade é "a qualidade de quem é austero"; é "severidade e rigor"; "cuidado escrupuloso em não se deixar dominar pelo que agrada aos sentidos ou deleita a concupiscência". E está tudo dito.

FERNANDA CACHÃO

EDITORA DE 'CORREIO DOMINGO'

Lições dos episódios do caos da Grécia

Os gregos sentem-se, com razão, alvo de uma Europa que lhes está a pedir o impossível

O Olli Rehn, comissário europeu dos assuntos económicos e financeiros, considerou ontem que os autores da vaga de destruição e saque que abalou a capital grega “não representam a vasta maioria dos cidadãos gregos que estão sinceramente preocupados com o futuro do país”. É uma interpretação política, que, como qualquer interpretação política, se destina a

realçar um pormenor da realidade sem pretender retratar a realidade inteira. Porque, mesmo que entre os que saíram à rua em protesto só uma minoria estivesse disposta à pilhagem e à violência, o que importa sublinhar nesta escalada da crise é o limite de tolerância das democracias ao desabar de consensos básicos sobre níveis de rendimento ou de qualidade de vida. Por isso, para o futuro, a Europa terá de considerar episódios de violência urbana não apenas como sinal de impaciência ou de propensão criminal de uns poucos, mas também como o testemunho de que será difícil pedir mais sacrifícios a um país que empobrece há cinco anos e que deixou de acreditar na terapia da *troika* para sair do poço sem fundo onde se encontra. Vítimas de uma classe política irresponsável, inepta e incapaz de assumir compromissos, os gregos sentem-se agora também alvo de uma Europa que lhes pede o impossível. Obrigada a aceitar as novas exigências por

não ter opção entre a espada e a parede, a Grécia tem razões para suspeitar que tudo não passa de um expediente europeu para salvar a face, que a sua sorte está traçada, que em breve todos os esforços se revelarão inúteis e que a bancarrota e o caos serão inevitáveis. Quando tal acontecer, os gregos perceberão que tudo foi em vão, que depois de tantos erros, Berlim e Bruxelas apenas pensaram no seu interesse ao encenar o caminho da Grécia para a bancarrota.

O julgamento, o amianto e o futuro

C ondenar pessoas por crimes ambientais praticados há pelo menos um quarto de século - como ontem aconteceu em Itália, com o julgamento de dois ex-fabricantes de amianto - pode ter leituras distintas no campo jurídico. Mas em termos ambientais, traz uma

mensagem clara: a de que as acções do presente podem ter efeitos futuros que ou não antecipamos, ou simplesmente negligenciamos. O amianto é um conhecido ingrediente para esta receita. Comprovadamente cancerígeno, os seus efeitos podem-se manifestar passados até 40 anos do período de exposição. Isto não impediu, no entanto, que mesmo depois dos primeiros alertas - pelo menos desde os anos 1920 -, a sua utilidade preponderasse sobre os seus perigos. Hoje, já está banido em vários pontos do mundo, mas noutros não, a ponto de se antecipar para daqui a poucas décadas um pico de casos de cancro associados ao amianto nalguns países, como a China. É por isso que o processo italiano não deve ser visto apenas como um acerto de contas com o passado. Se a partir dele olharmos para a frente, facilmente se verá que levar a sério qualquer novo problema ambiental, sem receios comerciais de curto prazo, é um acto de humanidade superior.

Encolher o serviço público

Os espanhóis também vão fazer cortes na televisão pública. Mas não tencionam vender nenhum canal

O regresso da direita ao poder em Espanha teve consequências imediatas para o operador público de rádio e televisão, a RTVE. O Governo de Mariano Rajoy quer cortar um sexto de um orçamento de 1200 milhões de euros e a administração da empresa reagiu admitindo voltar a abrir os ecrãs da televisão pública espanhola à publicidade, um ano após esta ter desaparecido.

O paralelismo com Portugal é automático. Também entre nós a chegada da direita ao poder se traduziu em medidas duras para o serviço público. Poderíamos alargar a conversa a outros países, como o Reino Unido, onde o Governo conservador de David Cameron quer poupanças anuais superiores a 840 milhões de euros na BBC. Estará o executivo de Passos Coelho menos isolado, a nível europeu, do que têm sugerido os defensores do serviço público em Portugal?

Sem dúvida, se estivermos a falar numa tendência para reduzir despesas nos operadores públicos de *media*. Mas nem em Espanha nem no Reino Unido os cortes implicaram a alienação de um canal público. E em nenhum destes dois países se avançou para um corte orçamental como o que está pensado para Portugal, onde o orçamento da RTP deverá, em princípio, diminuir de 308,6 para 150 a 180 milhões de euros. Acresce a isto que o Governo não quer publicidade no canal

público que sobreviver, apesar do corte orçamental draconiano. Os operadores públicos não podem ficar imunes à contenção da despesa do Estado e os cortes são indispensáveis. Mas podem ou não ser feitos com bom senso. E estes exemplos europeus evidenciam como o caminho português é inutilmente radical.

A segunda morte dos comunismos

Há duas décadas, os regimes comunistas no Leste da Europa entraram em colapso em escassos meses, numa vaga sem precedentes e até aí inimaginável. Foi um movimento que não se repetirá, de dimensões históricas incomuns. Hoje, porém, nos dois bastiões mais conhecidos do que restou do comunismo, Cuba e a Coreia do Norte (a China já abraçou o capitalismo,

desenvolvendo-o, no entanto, sob o controlo totalitário do partido e do Estado), há sinais de que a breve prazo algo mudará. De olhos postos no Norte, a Coreia do Sul já fala de uma “nova era” e de “um ponto de viragem” na península coreana, evitando, no entanto, relançar a ideia de uma reunificação que, embora agradasse aos EUA, desagradaria à China. Do Norte, a resposta irada não traz nada de novo, mas é ainda uma incógnita o que ditará a “regência” de Jong-un. Por sua vez, em Cuba, o Partido Comunista prepara reformas políticas que, não mudando no essencial o regime, podem, unidas às reformas económicas já em curso, abalar-lhe os alicerces. Em Agosto de 2011 Raul Castro já tinha desafiado os deputados cubanos a “limpar a cabeça de todo o tipo de conversa fiada”. Mesmo que tal declaração se destine a impressionar o Ocidente, tais mudanças deixam antever uma segunda morte dos comunismos. Mais lenta, mas inevitável.

Procura de alimentos não perecíveis e tabaco aumentou.

António Freitas de Sousa

antonio.sousa@economico.pt

O primeiro dia do resto da vida do IVA a 23% decorreu na resaca de uma das maiores quebras da taxa de consumo de que há memória – que, no Grande Porto, terá chegado aos 24% relativamente ao ano anterior – e que está a esventrar o comércio desde o início do último trimestre de 2011.

Com parte substancial dos estabelecimentos hoteleiros – onde se incluem os cafés e os restaurantes – a laborar sob os desígnios das tabelas de preços do ano findo (quando o IVA ainda não ia além dos saudosos 21%), o primeiro dia ‘consumista’ de 2012 foi o que se estava à espera. “É tradicional que Janeiro seja um dos piores meses do ano para o consumo”, recordava uma responsável por um hiper-mercado instalado mesmo em frente ao Rio Douro, para concluir que o estabelecimento teve “a procura reduzida do costume, depois da enchente do dia 31 de Dezembro”.

Mas, para além do motivo óbvio da passagem do ano, a última semana de 2011 reservou também – e não apenas na-quele hiper-mercado específico – uma corrida aos alimentos não perecíveis. “É costume, quando está programado um aumento dos produtos, que isso aconteça”, revela a mesma responsável, para indicar que houve uma já esperada corrida a alimentos como o arroz, as massas e os enlatados – que tem prazos de consumo muito alargados.

Uma funcionária de um cash & carry nos arredores da cidade detectava a repetição destas movimentações de ‘açambarque’ ao nível do tabaco. “É normal que isso aconteça quando o IVA aumenta: os fornecedores tentam oferecer os preços antigos o maior número de dias possível”, comentou, enquanto olhava para umas prateleiras claramente depauperadas – onde era impossível encontrar as mais procuradas marcas de tabaco de enrolar, metodologia tabágica com um crescente número de adeptos.

Entre uma bica ao preço ainda não inflacionado de 60 cênti-

mos, a preparação das mortallas e da onça para a produção de um cigarro e o menu a preços de 2011, era possível ver – num dos mais concorridos restaurantes para almoços na zona de escritórios da Boavista – que os empregados tinham poucas razões para descansarem. “Não estamos a prever mais reduções no número de almoços”, dizia o responsável da sala. Aparentemente, o pior já está no terreno: “houve uma redução acentuada a partir de Novembro, e nota-se que o fim do mês [quando um número crescente de clientes desiste de almoçar fora] chega cada vez mais cedo”, revela.

Nos transportes, nomeadamente nos táxis, ainda não é possível perceber-se qual será o impacto de mais uma subida da taxa – impacto indirecto, dado que o sector vai manter a taxa actual de 6%. Mas isso não é nada que descanse quem passa o dia no meio do trânsito que os outros tentam evitar: “a nova taxa do IVA vai fazer desaparecer ainda mais clientela”, vaticina

António Dias, delegado da ANTRAL no Porto. Sem razão: “um taxi dividido por quatro é o mais barato dos transportes”. Qualquer máquina de calcular lhe dá razão.

Na saúde – a crer na amostra muito pouco científica patrocinada pelo átrio de um dos hospitais dos arredores da cidade – a movimentação de clientes era a normal para uma segunda-feira.

Mas, nesta área, o aumento do IVA tem efeitos contrários ao que sucede na maioria dos sectores: com as novas tabelas a incidir sobre todos os agentes envolvidos, a saúde pública – apesar de mais cara – será tendencialmente procurada por um número crescente de utentes; que deixam de conseguir responder aos preços praticados no sector privado. Mas essas contas terão de ser feitas quando a amostra for mais precisa, o que não deverá suceder antes do final do trimestre.

Nos taxímetros como em qualquer caixa registadora seja de que entidade for – com a eventual excepção da saúde pública – a perspectiva para 2012 é unânime: a quebra dos níveis de consumo – que contribuem directamente para apurar o PIB – ainda não atingiu o fundo. Mas, a crer pela amostra, não tardará muito. ■

Reportagem
no Porto

Com o IVA a 23%, restaurantes cortam custos e temem regresso “ao tempo da lancheira”

Um pouco por todo o país, restaurantes, cafés e bares decidem o que fazer perante a subida do IVA. A maior parte prefere, para já, esperar para ver

● Face ao aumento do IVA - que este ano passou de 13% para 23% - e à subida nos custos das matérias-primas, como a energia, muitas empresas do sector da restauração vão ter de tomar medidas para atrair clientes e sobreviver à crise, incluindo a diminuição do número de funcionários, preferindo essa opção a repercutir o aumento de custos no consumidor final. A previsão é feita pela associação do sector, no dia em que a maior parte dos restaurantes, cafés e bares abriu pela primeira vez as portas com o IVA a 23%. Mas, pelo país fora, encontram-se as mais diversas estratégias para enfrentar a difícil conjuntura.

“Vivemos num regime de preços livres em que os empresários têm oportunidade de aumentar ou não. Mas estes já perderam muitos clientes e, por conseguinte, não vão repercutir nos preços a totalidade do aumento do IVA e das matérias-primas”, afirma Mário Pereira Gonçalves, presidente da Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP).

É que, além do impacto de uma eventual subida de preços, a AHRESP teme que se acentue a quebra no consumo de refeições fora de casa, face à perda de poder de compra e à actual conjuntura do país. “Voltámos ao tempo da lancheira é isso vai intensificar-se este ano”, prevê.

Reduzir a estrutura de pessoal poderá ser outra das medidas a tomar pelos empresários da restauração. “Somos um sector que emprega à volta de 300 mil pessoas, o que, repartido pelas 85 mil empresas que existem em Portugal, dá uma média de quatro trabalhadores por empresa. Os empresários vão manter os postos de trabalho enquanto puderem, mas haverá cortes, certamente”, acredita o presidente da AHRESP.

A palavra de ordem é “sobrevivên-



PAULO RICCA

Restaurantes temem que subida de preços afaste ainda mais clientes

cia”, sublinha, antevendo que “muitas empresas vão ficar pelo caminho este ano”.

Aumentos? Para já, não

De norte a sul do país, o ambiente variava ontem de estabelecimento para estabelecimento. No Minho, no centro histórico de Guimarães, entre as casas abertas que o PÚBLICO contactou, os preços são os mesmos. “Esta já é uma época do ano que normalmente é complicada. Se aumentássemos agora os preços, seria ainda pior”, diz Hugo Alves, gerente do *Snack-Bar Nicolino*, onde o preço do prato do dia se vai manter nos cinco euros.

No Bar Rolhas & Rótulos, o aumento do IVA será suportado pelo estabelecimento, pelo menos “nesta primeira fase”. “O mercado não está para aumentos”, avisa o proprietário, Paulo Bessa, que admite uma revisão de preço a médio prazo, em função da

evolução das condições económicas.

Na Baixinha de Coimbra, o dono do Restaurante Zé Neto, com o mesmo nome e 84 anos de idade, martela numa máquina de escrever mecânica a ementa com os novos preços. O do café não vai aumentar, mas o de algumas das especialidades, que colocam o restaurante nos roteiros turísticos, “pode subir até um euro por refeição”. “O IVA aumenta, empregados são os mesmos, as pessoas começam a levar os almoços para os laboratórios e consultórios, a sala já não enche como dantes... Não há escolha: ou aumento os preços ou fecho portas”, lamenta José Neto.

Em Faro, o dono da Café Rotunda, na Avenida 5 de Outubro, tinha avisado, antes da entrada do novo ano, que “provavelmente” iria repercutir no café o aumento do IVA. Assim, ontem já passou a bica de 0,60 para 0,65 euros. Já o Café-Pastelaria Sca-

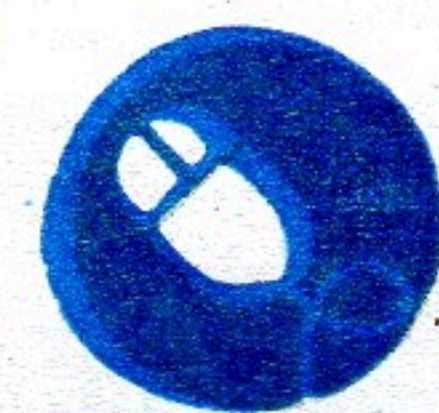
la, na Baixa da cidade, manteve o expresso a 65 centavos, continuando a publicitar a “hora anti-troika” - entre as 8h e as 10h, toma-se o café por 55 centavos.

Na praia da Rocha, em Portimão, a Pastelaria Marcelino, com fabrico próprio e sem serviço de mesas, optou-se por aumentar cinco centavos ao preço de cada produto. A proprietária, Sílvia Roberto, justifica: “Foi para fazer face à subida do IVA”. No passado, durante o Inverno, chegou a ter quatro empregados. Actualmente, o serviço é assegurado pelos três donos da casa - filho, nora e sogra.

Em Lisboa, em pleno Chiado, João Silva, gerente da Brasileira, explica que, por agora, os preços estão todos iguais e que ao longo do dia de ontem iriam pensar numa nova tabela. Mais abaixo, João Oliveira, do Café Benard, descreve um cenário semelhante: “O ano começou agora, ainda estamos a avaliar. Mas os preços vão ter de subir, isso é certo.”

Na mesma rua, já a casa de saladas e sandes Vitaminas tem a vida facilitada, por pertencer a uma rede comercial. “Não vamos mexer nos preços para o cliente. Tivemos aumentos há três meses e agora fica tudo na mesma”, diz o subgerente, João Silva.

No Porto, na Praça Guilherme Gomes Fernandes, o Café Pingo de Cimbalino está ao lado da Leitaria da Quinta do Paço, mas reflectem realidades diferentes. Na segunda, uma funcionária diz que não sabe se haverá aumento de preços. “Hoje [ontem], pelo menos, os preços mantêm-se”, diz. No Pingo de Cimbalino os aumentos já entraram em vigor. O café passou dos 60 para os 65 centavos e os pratos do dia, que eram a 4 euros, passaram para os 4,5. “Só aumentamos mesmo por causa do IVA, senão não haveria aumento”, explica a funcionária Maria José. Até porque, diz, os clientes se queixam. “Já começaram a dizer que está tudo muito mais caro”, lamenta-se. **Idálio Revez, Graça Barbosa Ribeiro, Romana Borja-Santos, Patrícia Carvalho, Samuel Silva, Raquel Almeida Correia**



Ver mais em www.publico.pt

EDP quer a arquitectura e a arte a tornar as barragens património

Souto de Moura vai fazer nascer um edifício de comando no coração da montanha. Cabrita Reis quis unificar um território a amarelo. Calapez fez de uma caverna uma “janela colorida”

Lucinda Canelas

● Uma barragem causa sempre um impacto enorme na paisagem. Quando o território em que é construída é único, com um vale talhado pelo Douro, esse impacto pode tornar-se brutal. É assim nas hídricas de Bemposta e Picote, inauguradas nas décadas de 50 e 60 e que aumentaram agora a sua capacidade de gerar energia. Será assim na de Foz Tua, ainda em construção e cujo projecto do edifício de comando, de Eduardo Souto de Moura, é hoje apresentado na sede da EDP, no Porto. Um edifício que o arquiteto português, Pritzker 2011 (o prémio mais prestigiado da área), enterrou na montanha, virado para o rio.

Para valorizar esse património construído, criando um roteiro turístico que associa o turismo da cultura e da natureza à curiosidade que pode levar alguém a visitar uma barragem, a eléctrica criou um programa com vários artistas plásticos portugueses e arquitectos, com comissariado do crítico João Pinharanda. A ideia, explica ao PÚBLICO Sérgio Figueiredo, administrador da Fundação EDP, é tirar partido dos contactos e conhecimentos que a empresa foi acumulando desde que começou a reunir a sua colecção de arte, pondo-os ao serviço de uma

região que tem no turismo um imenso potencial de crescimento: “Quando a EDP constrói uma barragem, temos de nos perguntar o que tem a população local a ganhar com isso, para além de um incentivo temporário à economia da região. O que é que fica? Com este programa queremos lançar as bases de algo que é permanente através de um roteiro de arte contemporânea que pode servir o turismo.”

Figueiredo acredita que esse roteiro, de que fazem parte a intervenção de Pedro Cabrita Reis na barragem de Bemposta e a de Pedro Calapez na de Picote, cujo aumento de potência foi ontem inaugurado (ver texto ao lado), “vão ajudar a vender melhor a região do Douro”, reforçando-a com uma “oferta artística de grande qualidade”, a que se juntarão, depois, “projectos arquitectónicos de prestígio”, a começar pelo de Souto de Moura.

Os arquitectos que serão convidados a desenhar edifícios de comando e outras estruturas nas novas barragens, como a do Sabor e de Fridão, não estão ainda escolhidos, mas a intenção da EDP, expressa num documento ontem divulgado, é “privilegiar nomes consagrados que funcionem, logo *a priori*, como um ‘activo’”. Na arte contemporânea, que deverá estender-se a 13 barragens, a maioria construídas

(ver infografia), estão seleccionados mais quatro nomes - Julião Sarmento, José Pedro Croft, João Louro e Fernanda Fragateiro -, embora não se saiba ainda em que espaço vão trabalhar.

Por agora, os custos desta associação da arte às barragens só podem avaliar-se pelos montantes pagos a Calapez e Cabrita Reis: 150 mil euros para cada um destes projectos “chave na mão” (criação e execução). “Este investimento em arte e arquitectura parte de uma intenção de criar património que valha a pena, que valorize um território em que uma barragem nem sempre é bem recebida.”

Unidade plástica

Os protestos relativos ao projecto de Cabrita Reis para a Bemposta - o artista fez pintar de amarelo o paredão e alguns dos muros de contenção - partiram de associações ambientalistas e da população. Acusavam o artista de desvalorizar o impacto da obra no parque natural e nos seus habitantes e a EDP de não ter pedido autorização.

Cabrita Reis foi buscar a nova cor da Bemposta à maia, espécie de giesta que cobre os montes circundantes a partir do fim de Maio, e chamou à sua intervenção *Da cor das flores*. Objectivo: “Usar o amarelo para dar uma unidade plástica a uma multitude de

O erro do comandante Schettino expôs a fragilidade dos meganavios. Cinco minutos bastam para uma tragédia num mar profundo

Ana Gomes Ferreira

● Com as luzes acesas, a ilha mediterrânica de Giglio é um belo bilhete postal. Terá o comandante planeado oferecer um espectáculo adicional aos seus passageiros? Foi em Giglio que nasceu o chefe de sala. Terá o comandante querido oferecer-lhe o aroma da terra natal?

Qualquer das hipóteses que ontem se colocavam para explicar o desastre do *Costa Concordia* conduz à conclusão avançada pela empresa proprietária do navio: o comandante saiu de rota. Fez “uma manobra não-aprovada

Desastre ambiental

O ministro italiano do Ambiente, Corrado Clini, disse ontem que ao mesmo tempo que vão prosseguir os trabalhos para encontrar as 15 pessoas desaparecidas no desastre do navio *Costa Concordia*, é preciso evitar o desastre ambiental. Dentro da embarcação encalhada e meio afundada junto à ilha de Giglio estão 2300 toneladas de combustível que já começou a verter. Pode ser declarado o estado de emergência. “O risco de um desastre ambiental na ilha é muito elevado”, disse o ministro. Vão ser colocadas barreiras de contenção para evitar que o combustível se espalhe.

O navio está a mover-se, o que dificultou ontem a procura de corpos no seu interior e aumentou o risco de derramamento de materiais poluentes. A empresa proprietária, a Costa Cruises, anunciou que há um plano para retirar o combustível antes de o navio ser “levantado” com balões de ar e ser rebocado

e não-autorizada” que provocou um rombo no casco e levou à morte de pelo menos seis pessoas; outras 29 estão desaparecidas, segundo um novo balanço feito pela guarda-costeira.

Numa conferência de imprensa em Génova, o presidente da Costa Cruises, Pier Luigi Foschi, acusou o comandante, o italiano Francesco Schettino (que foi detido e pode ser acusado de homicídio involuntário), de não ter autorização para tomar as decisões que tomou. Foschi, citado pela Reuters, disse que os navios da companhia têm rotas programadas e que soam alarmes quando há desvios. “A rota foi introduzida correctamente [no sistema de navegação]. O navio saiu dela apenas devido a uma manobra do comandante. Temos que admitir os factos e não podemos negar que houve erro humano”, disse.

Foschi não disse se estas conclusões se baseiam em testemunhos ou se são já o resultado da análise à “caixa negra” onde estão gravadas as conversas no posto de comando e que regista a prestação dos equipamentos.

O espectáculo

“Sabemos que as passagens junto a terra fazem parte do espectáculo dos navios de cruzeiro”, diz o comandante Luís Costa, do Sindicato dos Capitães, Oficiais Pilotos, Comissários e Engenheiros da Marinha Mercante.

Cortêsias de aproximação a terra para com os passageiros e para com os portos eram, segundo os *media* italianos, comuns no comandante do *Concordia*. Em Agosto do ano passado o presidente da Câmara de Giglio, Sergio Orтели, agradeceu-lhe publicamente por ter passado perto da ilha que estava cheia de turistas.

A viagem do *Concordia* começara no porto italiano de Savona e devia terminar em Marselha, após parar em Roma, Palermo, Cagliari e Palma de Maiorca. Na segunda etapa, entre Ro-



O comandante Francesco Schettino, ao ser detido

nínsula toscana de Monte Argentario.

Era hora de jantar (21h30) de sexta-feira e alguns dos passageiros (3216 no total; os tripulantes eram 1013) começavam a petiscar, outros juntavam-se no convés para ver as vistas, tirar fotografias. De súbito, o navio raspou

Fora de rota



Fonte: www.bbc.co.uk/news/

ramos que meia milha [pouco mais de 900 metros] já é curto”, diz Luís Costa.

Este comandante conhece bem o arquipélago Toscano. Em 35 anos de carreira – agora tem 60 e está reformado –, andou por ali com petroleiros e porta-contentores de três mil tone-

que os navios de grande porte estão tecnicamente muito bem equipados, sejam eles para o transporte de mercadorias ou de turistas. Têm tecnologia de ponta que evita desvios de rota e colisões, à superfície e debaixo de água. Alguns desses sistemas são redundantes, ou seja, há mais do que um equipamento a dar a mesma informação. “É tudo electrónico”, explica Luís Costa, “e às vezes há falhas. Acontece ficarmos sem uma máquina, sem o leme...”

Porém, as estatísticas da Organização Marítima Internacional, agência da ONU para a segurança marítima e prevenção de desastres ecológicos, indicam que mais de 60% dos acidentes com embarcações de grande porte se devem a erro humano.

Com um rombo no casco, o *Concordia* começou a adornar. É aqui que Luís Costa elogia o comandante. “Houve a preocupação de encalhar o navio, o que revela experiência. Ele raciocinou rapidamente e mesmo com as pessoas assustadas,

salvar o maior número de pessoas”. Parte do *Costa Concordia* ficou à tona.

Se um navio deste porte estivesse num mar profundo e houvesse um problema, explica o comandante Costa, a tragédia teria sido imensa. “Constroem-se navios cada vez maiores e as empresas de salvados e as próprias seguradoras têm vindo a alertar para os riscos”, diz.

Cada vez maiores

O *Concordia* tinha 290 metros de comprimento, 112 mil toneladas e oito metros de calado (distância entre a superfície da água e o ponto mais fundo da embarcação). Era um dos maiores navios de recreio do mundo.

Estas estruturas flutuantes que se assemelham a cidades multiplicaram-se na última década. Têm casinos, salas de espectáculos, lojas, restaurantes, bares, piscinas, *spas*. São construídos para se aproximarem o mais possível da costa, têm mais do que um convés e cada vez têm mais camarotes. “Tudo isto reduz a estabilidade”, escreveu no *The Guardian* Andrew Linington, do sindicato independente dos profis-

sionais de navegação do Reino Unido.

Desde o naufrágio do *Titanic*, há 100 anos, é obrigatório haver pelo menos um colete salva-vidas por pessoa nos navios de passageiros. Em 1986 surgiu a obrigatoriedade de salva-vidas semicobertos e com motor. A seguir vieram as portas de contenção de fogo, depois os detectores de fumo nos camarotes e, em 2002, apareceu a “caixa negra”, que ajudará a explicar este desastre.

Só que o aparato de segurança e de navegação não bastam. Luís Costa, que sabe do que fala porque já andou num meganavio de 270 metros, 150 mil toneladas e 19 metros de calado, diz que casos a advertir para uma possível tragédia humana no mar não têm faltado. No início deste mês, o gigantesco *Vale Beijing* teve a “sorte” de rachar quando estava a ser carregado de minério no Brasil – foram grandes as dificuldades para o rebocar.

“Estes navios levam quatro, cinco mil pessoas... e são muito pesados. E se houver um incêndio no mar e o navio adormar em cinco minutos? As pessoas morrem quase todas”, constata Luís Costa.

Título europeu na mira de CR7

■ Capitão da equipa das quinas recebeu o apoio de Beto e Nani. Seleccionador Paulo Bento já definiu que o objectivo é chegar aos quartos-de-final

● **ANTÓNIO PEREIRA**
ENVIADO ESPECIAL Polónia



Cristiano Ronaldo assumiu ontem no Facebook que a meta de Portugal é vencer o Campeonato da Europa de 2012, que se vai realizar na Polónia e na Ucrânia, entre 8 de Junho e 1 de Julho.

“Estas são as cores que vamos defender no Campeonato da Europa. Com um único objectivo: conquistá-lo”, escreveu o avançado do Real

Madrid na sua página oficial, em que partilha uma imagem dos novos equipamentos da selecção lusa, que, segundo Paulo Bento, tem “os quartos-de-fi-

nal” do torneio como meta mínima. No Grupo B do Europeu, Portugal defronta a Alemanha (9 de Junho), Dinamarca (13 de Junho) e Holanda (17 de Junho).

Mal foram conhecidas as declarações de Ronaldo, Nani e Beto fizeram questão de apoiar.

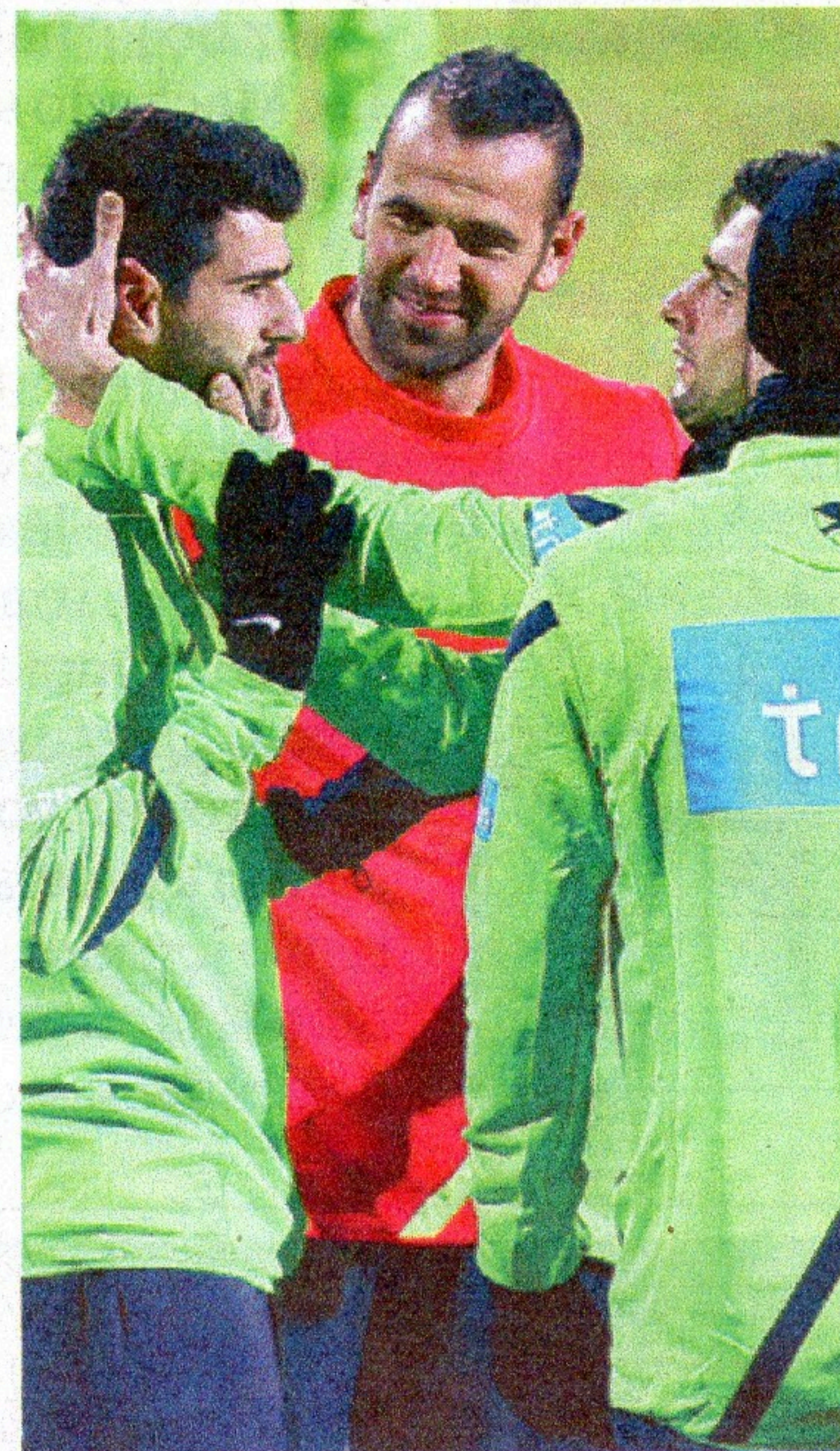
“Temos de pôr tudo o que temos no campo”

Nani

“Jogamos sempre para ganhar. Temos condições para lutar com outras grandes selecções. Agora, é pôr tudo o que temos dentro de campo e ganhar os jogos”, disse o extremo do M. United, em Varsóvia, onde

Portugal defronta amanhã a Polónia, em jogo particular.

Já o guarda-redes emprestado pelo FC Porto aos romenos do Cluj afirmou: “Eu estou com



Eduardo e Hélder Postiga dão as boas-vindas ao estreante Nélson Oliveira (esq.)

ele. Estou eu e estamos todos, se essa é a voz do capitão, o grupo está com ele.”

Liderada por Fernando Gomes, a selecção nacional deixou ontem Lisboa às 09h30 e chegou a Varsóvia às 13h30. O voo foi calmo e à chegada a um aeroporto com alguns vestígios de neve, a temperatura rondava um grau negativo.

No avião da SATA apenas viajaram 14 jogadores: Beto, Eduardo, Rui Patrício, João Pereira, Bruno Alves, Nélson, Rolando, João Moutinho, Nélson Oliveira, Ricardo Costa, Miguel Veloso, Raul Meireles, Ruben Micael e Hélder Postiga.

Os restantes jogadores partiram dos países onde estão a jogar, casos de Cristiano Ronaldo, Pepe e Coentrão, que viajaram desde Madrid. ■

Sinal digital deixa aldeias sem emissão

■ Populações idosas e isoladas no Baixo Alentejo e na encosta norte de Monchique (Algarve) não têm televisão

● PAULO MARCELINO/HELGA NOBRE

O tempo estava parado em Alferce, mas ontem andou para trás. “Voltámos ao antigamente”, diz Catarina Maria, de 70 anos. Quase metade dos moradores da aldeia do concelho de Monchique ficou sem televisão com a mudança do sinal analógico para o digital, devido ao fecho, cerca das 11h30, do emissor da Fóia, a escassos quilómetros.

A mudança foi adiada 11 dias, para a instalação de um repetidor na Picota. O reforço salvou metade do concelho de Monchique do apagão, mas manteve a pequena aldeia na sombra. No ‘povo de baixo’ o sinal digital chega muito fraco e a maioria da população, muito idosa, percebe mal a mudança. Poucos compraram descodificadores e alguns viraram as antenas para o retransmissor de Beja, que só muda em Abril. No



Maria Conceição junto a parabólica na zona baixa de Alferce

às cartas em silêncio. Faltava a companhia da TV. “É uma tristeza”, lamentava Catarina Maria.

No Alentejo, a situação é idêntica. Em muitos lares o sinal digi-

tal não chega aos televisores, sobretudo em São Teotónio, Odemira, onde já se multiplicam as queixas. Nas zonas mais baixas da localidade houve quem tivesse de comprar um satélite para captar o sinal.

“Gastei mais de 130 euros numa box e parabólica, um valor inacessível para a maioria das pessoas”, referiu uma moradora de São Teotónio. Nesta vila houve também quem se queixasse da falta de apoio para os desempregados. “Estou sem trabalho e só o meu marido é que está a receber o subsídio de desemprego. Assim vai ser complicado ter dinheiro para adquirir o descodificador”, desabafou a moradora Maria Otília, de 51 anos.

Mais a norte, em Santiago do Cacém, a maioria dos habitantes recebeu o sinal sem quaisquer dificuldades. “Já tenho o aparelho há muito tempo. A imagem é igual”, adiantou Francisco Gonçalves, de 82 anos. ■